

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA
MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA E TEORIA LITERÁRIA

JHENIFFER ALVES DE OLIVEIRA

O NEGRO NA FICÇÃO DE MACHADO DE ASSIS, EM DOIS CONTOS E UM POEMA

Niterói
2021.2

JHENIFFER ALVES DE OLIVEIRA

O NEGRO NA FICÇÃO DE MACHADO DE ASSIS, EM DOIS CONTOS E UM POEMA

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Estudos Literários. Subárea: Literatura Brasileira e Teoria literária. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Elizabeth Chaves de Mello.

Niterói
2021.2

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Maria Elizabeth Chaves de Mello (Orientadora – UFF)

Prof^ª Dr^ª Mariana da Silva Lima (CEFET-RIO)

Prof^ª Dr^ª Renata Flávia da Silva (UFF)

SUPLENTES

Prof^ª Dr^ª Ceila Maria Ferreira (UFF)

Prof^ª Dr^ª Mônica Fiuza Bento de Faria (UFF)

Dedico este trabalho a meus avós, meus pais e meu marido que são minhas grandes fontes de alegria e força.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um verbo muito importante e precisamos colocá-lo em ação, pois sem o auxílio de mãos amigas não conseguiríamos chegar a nossos objetivos de vida. No decorrer da escrita deste trabalho, o mundo foi assolado por uma pandemia que nos tirou o equilíbrio e nos levou muitas pessoas amadas, deixando-nos desolados e emocionalmente comovidos. Escrever se tornou um grande desafio, mas também uma grande motivação em um tempo tão difícil.

Agradeço primeiramente a Jesus, que é o norte da minha vida. Sem ele nada sou.

À minha orientadora professora dra. Maria Elizabeth Chaves de Mello, que foi incansável e muito atenciosa comigo, guiando-me para uma melhor escrita da dissertação e me impulsionando a encarar os desafios.

Às professoras dra. Mariana da Silva Lima e dra. Renata Flávia da Silva, que me deram dicas valiosas e me apresentaram referências bibliográficas importantes para o meu tema de pesquisa, auxiliando-me na construção de um recorte mais preciso e relevante para o estudo como um todo, isso no processo de qualificação e após ele, sempre com muito carinho.

Às professoras dra. Diana Kingler e dra. Flávia Amparo, que durante a minha caminhada acadêmica na UFF me nortearam com questões teóricas, sanando minhas quase que infinitas dúvidas.

Às professoras dra. Sônia Monnerat e dra. Ceila Maria Ferreira, que muito me ajudaram na especialização em Leitura e Produção de Texto, permitindo que eu aproximasse meu objeto de estudo do mestrado com os trabalhos da pós. Para além disso, são amigas pelas quais eu tenho muito respeito e carinho.

À professora dra. Jacqueline Barros, que, logo após a graduação, notou que havia futuro em minha escrita e me ajudou com seus conselhos. É uma amiga muito querida e foi uma das que incentivou meu ingresso no mestrado.

Ao meu esposo, Elias, que além de companheiro é um grande amigo e me deu todo suporte, inclusive emocional.

À minha mãe, Margareth, que sempre acreditou no meu potencial e é minha maior referência de persistência e resistência.

Ao meu padrasto, Geraldo, que é como um pai para mim e sempre me incentiva a enfrentar os desafios sem desanimar.

Aos meus avós, que sempre me apoiam com palavras de força e um sorriso daqueles que me dão muita coragem para avançar.

Aos amigos que me estenderam as mãos com muito amor: Juliana Meanda, Luisa Almeida, Quezia Arcelina, Antônio, Felipe e Fernando – minhas inspirações

Às coordenadoras do pré-vestibular Sou Gonçalo Garrido, Moíra e Simone, que me incentivaram, pois os textos dessa pesquisa foram muito discutidos com meus alunos em sala de aula.

Aos meus tios, Maria de Fatima, Arthur Fortunato e Márcio Alves, que se encontram em outro plano, mas que foram uns dos meus maiores incentivadores durante grande parte da minha vida. Perdê-los quase no final deste ciclo foi muito doloroso. Dedico esta dissertação à memória de cada um deles.

“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra” (Grada Kilomba)

RESUMO

Machado de Assis foi estigmatizado por alguns críticos de sua época e de períodos posteriores por não se posicionar frente à causa dos negros cativos, de modo que o rótulo de absenteísta foi vinculado à sua imagem ao longo dos séculos. A proposta inicial deste trabalho é compreender até que ponto sua escrita deixa pistas de uma denúncia, o que será feito, por um lado, a partir da investigação de minúcias do contexto histórico em que o autor viveu e, por outro, dos estudos científicos no âmbito da “ideologia racial”, em paralelo com o debate de sociólogos e historiadores que notaram a presença da história brasileira na produção escrita de Assis, e levando em consideração que no século XIX ocorrem grandes mudanças tanto no campo literário quanto em aspectos históricos da dinâmica social brasileira. Compreendendo as alterações mais significativas nas duas diretrizes supracitadas, no que diz respeito ao contexto social, investigaremos nesta dissertação alguns vestígios da realidade do país nos seguintes textos do escritor: “O caso da vara” (1899), “Pai contra mãe” (1906) e “Sabina” (1875). A proposta é abordar os modos como a escravidão e o personagem negro na ficção de Assis estão relacionados nos *corpus* textuais mencionados e como essa escrita revela um Brasil escravocrata e delata seus espólios.

Palavras chaves: Machado de Assis- Negro na ficção- escravidão - absenteísmo

RESUMEN

Machado de Assis fue estigmatizado por algunos críticos de su época y épocas posteriores por no se posicionar frente la causa de los negros cautivos, por lo que la etiqueta de absentismo estuvo ligada a su imagen a lo largo de los siglos. El propósito inicial de este trabajo es comprender hasta qué punto su escritura deja pistas a una denuncia, lo cual se hará, por un lado, a partir de la investigación de detalles del contexto histórico en el que vivió el autor y, por otro, a partir de estudios científicos en el ámbito de la “ideología racial”, en paralelo al debate de sociólogos e historiadores que notaron la presencia de la historia brasileña en la producción escrita de Assis, y teniendo en cuenta que en el siglo XIX hubo grandes cambios tanto en el campo literario y en aspectos históricos de la dinámica social brasileña. Entendiendo los cambios más significativos en los dos lineamientos antes mencionados, en lo que respecta al contexto social, investigaremos en esta disertación algunas huellas de la realidad del país en los siguientes textos del autor: "El caso del palo" (1899), "Padre contra madre" (1906) y "Sabina" (1871). La propuesta es abordar las formas en que la esclavitud y el personaje negro de la ficción de Assis se relacionan en el corpus textual mencionado y cómo este escrito revela un Brasil esclavista y denuncia sus despojos.

PALABRAS CLAVE: Machado de Assis- Negro de la ficción- Esclavitud - Absentismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A ESCRITA QUE PROJETA O NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	21
1.1 Absenteísta?	34
1.2 Entrelaces da literatura e história em Assis.....	38
2. ANÁLISES LITERÁRIAS	46
2.1. Pai contra mãe.....	46
2.2 O caso da vara	52
2.3. A cor local em <i>Americanas</i>	56
2.4. A ferocidade dicotômica da natureza em “Sabina”	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	66
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A ideia que fazemos dos grandes vultos é quase sempre tão diversa da sua personalidade real como as estátuas dos homens de carne e osso que foram um dia. Como a estátua, a celebridade fixa o indivíduo em atitudes que podem ter sido culminantes, ou características, mas não foram únicas, nem habituais. Uma e outra tiram-lhe o movimento, o desalinho, o calor da vida. De um homem, de alguma coisa de natural e esquivo, de familiar e incompreensível, fazem um boneco de bronze, rígido e definitivo sem mistérios como sem fraquezas (PEREIRA, 2017, p. 33).

A crise econômica mundial de 1929 prejudicou demasiadamente o Brasil, gerando consequências como uma produção agrícola sem mercado, a ruína dos fazendeiros e o desemprego nas grandes cidades (FAUSTO, 2006, p. 320). Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo do país por meio de um golpe militar que impediu a posse de Júlio Prestes. A partir de então, os cenários político, econômico e social brasileiro sofreram grande impacto, além de modificações sem precedentes. A centralização do poder foi o cerne da política varguista, que prezou pelo fortalecimento do Poder Executivo. Uma das criações mais significativas dessa gestão foi o Ministério do Trabalho, cujo intuito era atribuir direitos aos trabalhadores. No que tange à ideologia, o tema da valorização da nação entrou em vigor por meio das propagandas, sobretudo durante o Estado Novo. Todo esse fervor da era Vargas, que à época se instalava no Brasil, atingiu o seio da sociedade, principalmente a cultura e, conseqüentemente, a literatura. Em relação à última, o ponto que nos interessa é o avanço do gênero biográfico, que no século XX recebeu influências estrangeiras e teve seus horizontes ampliados.

Daniel Madelénat faz um recorte muito pontual do estudo da historiografia do gênero biográfico, detectando mudanças significativas nessa forma de escrita que vão desde o primeiro registro considerado biográfico até as abordagens pautadas na modernidade. Segundo o especialista, ao longo dos séculos, transformações tanto nominais quanto estruturais marcaram os diferentes momentos desse estilo de escrita. A partir da análise dos três paradigmas propostos por Madelénat, é possível detectar algumas premissas: a primeira é a de que o modelo clássico se preocupa com enaltecer a figura do biografado, ocultando fatos ou traços de sua personalidade que pudessem sofrer julgamentos negativos; a segunda é a de que a biografia romântica se detém em conferir um aspecto de narrativa à história do indivíduo retratado; e a terceira premissa, por fim, é a de que o estilo

moderno do gênero investiga a identidade dos biografados tanto em suas obras quanto em relatos sobre suas próprias vidas.

Ao fazer a história da biografia, Madelénat distingue três paradigmas: a biografia clássica, “cujas normas se mantiveram estáveis da antiguidade até o século XVIII”; a biografia “romântica”, denominação que abrange as obras do fim do século XVIII ao início do século XX, e a biografia moderna, “filha do relativismo ético, da psicanálise e das transformações da epistemologia histórica” (MADELÉNAT apud WERNECK, 1996, p. 37).

Um fator determinante para a biografia moderna é o rompimento dos elos com a biografia clássica. Observando esse fator, Luís Vianna Filho afirma:

(...) enquanto a biografia que chamamos “histórica” limita os seus próprios objetivos, visando, principalmente, oferecer-nos o perfil histórico duma individualidade, isto é, a narração dos feitos, que lhe asseguram posição de relevo, e coloca em plano secundário o estudo da alma do biografado, a sua vida íntima, os seus motivos, todo o seu mundo interior, a biografia moderna, sem esquecer os seus deveres para com a verdade, tem horizontes mais largos, pois, encarando o biografado como um todo, estuda e expõe todos os aspectos da sua personalidade (VIANA FILHO apud FERNANDES, 2015, p. 4).

É necessário compreender as transformações pelas quais o gênero biográfico passou ao longo da história para que seja possível visualizar em que discussões a temática se manifesta na década de 1930. Nesse sentido, voltaremos o olhar para a definição mais precisa de sua antecessora, a biografia romântica, que de certo modo é sua base. Quanto ao conceito desta, o pesquisador Carlos Eduardo do Prado aponta:

No final do século XVIII, e na quase totalidade do XIX, identifica-se um modelo biográfico mais realista, também considerado por alguns teóricos como romântico. Esse modelo, em vez de se fixar na verossimilhança que remete diretamente ao conceito de imitação, vai se lançar no sinuoso caminho traçado pela vida social e particular dos indivíduos, levando em consideração suas experiências no contexto social, bem como seus dilemas psicológicos. O gênero biográfico, nesse momento, vai penetrar mais intimamente na vida de seus biografados, tendo em vista a tentativa de esclarecer seus segredos. Embora ainda possua embasamento científico, a biografia dessa época não consegue se desvencilhar da mistificação do sujeito biografado (PRADO, 2020, p. 26).

A biografia moderna chega ao solo brasileiro através de intelectuais letrados interessados em investir no novo estilo europeu. André Maurois, crítico francês, foi um dos adeptos dessa atualização do gênero e, em 1928, publicou uma obra importante sobre o assunto, intitulada *Aspects de la biographie*. De acordo com Maurois, o biógrafo moderno tem como função olhar o biografado, primeiramente, como ser humano:

(...) o biógrafo moderno, no lugar de pensar em registrar a vida de um “grande” rei, de um “grande” ministro, de um “grande” escritor, começa a olhar o sujeito como um homem, de forma simples, sem grandes aspirações. Munido de documentos e testemunhos, ele construirá

um retrato pretensamente mais fiel daquele ser complexo e repleto de idiossincrasias (MAUROIS apud PRADO, 2020, p. 27).

Esse estudo de viés europeu divulgado por Maurois lhe conferiu visibilidade. Para Wilson Martins, a “moda europeia que Zweig, Ludwig e Maurois haviam popularizado” tornou conhecidos, “com [ela], os seus próprios nomes” (MARTINS apud WERNECK, 1996, p. 105). Ao estudar essa obra profundamente, Andréa Camila de Faria Fernandes conclui:

O que autores como André Maurois vão postular é um tipo de biografia que busque compreender o homem em sua complexidade, expondo seus feitos e sua obra, mas sem deixar de analisar sua personalidade, apontando suas virtudes, mas sem esquecer seus defeitos e desvios, lançando mão de toda a documentação disponível para tentar compreendê-lo em sua totalidade (FERNANDES, 2015, p. 3).

Com isso, percebemos que o gênero biográfico da década de 1930 passou por um processo de renovação estética em grande escala. Notamos, ainda, o surgimento de novos padrões. De acordo com Fernandes:

No início do século XX a escrita biográfica teve seus significados e usos redimensionados entre os intelectuais, letrados, empreendedores do mundo dos livros e seus respectivos leitores. No Brasil, a proliferação das biografias associadas ao movimento da biografia renovada, entre os anos de 1930-1940, fez com que alguns teorizassem sobre a emergência da chamada biografia moderna em terras brasileiras. Mas esse processo não configurou apenas uma renovação do biográfico, era também uma renovação da própria história, um novo entendimento e também a busca pela renovação da escrita da história nacional (Ibidem, p. 1).

A historiadora Márcia de Almeida Gonçalves também se lança ao estudo das perspectivas desse novo fazer biográfico e, na sua investigação, nota a mutação do gênero, que, para ela, oscila entre história e romance. Quanto a esse aspecto, declara:

(...) é neste momento – início do século XX – que começa a se delimitar a noção da biografia como gênero híbrido, que não é nem história, nem romance, mas que reúne em si as características destes dois e que por isso mesmo é capaz de sensibilizar o leitor (GONÇALVES apud FERNANDES, 2015, p. 3).

Esse novo formato de biografia também teve a preocupação de fortalecer uma nova face identitária do país. Em meio ao engajamento nas suas produções, a ensaísta Lúcia Miguel Pereira, nascida em 12 de dezembro de 1901, em Barbacena, Minas Gerais, produziu para o mercado editorial uma importantíssima biografia, intitulada *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, lançada em 1936. Em um primeiro momento, a obra teve quatro edições, publicadas em 1936, 1939 e 1946, ao abrigo da coleção Brasileira, e em 1948, pela casa editorial Jackson. Posteriormente, em 1953, o livro

voltou para o hall dos estudos sobre o Brasil e contou com mais edições. Por fim, em 1988, a oitava edição foi utilizada na segunda fase da coleção “Retratos do Brasil”, da editora Itatiaia (WERNECK, 1996, p. 107). Essa produção conferiu à autora um grande reconhecimento, uma vez que, a partir desse trabalho, ficou conhecida até mesmo internacionalmente como crítica.

No prefácio à biografia, Pereira expôs as dificuldades que teve para o recolhimento dos relatos documentais sobre a vida do escritor:

Tarefa em regra penosa, não raro degenerando em lição de humildade, a de rever textos antigos. Não digo que me poupasse este; confesso, porém, que, relendo-o agora, não com olhos maternos de autora, senão com severos olhos de crítica – que não lhe esconderam as deficiências e me forçaram a introduzir várias alterações, corrigindo aqui expressões pouco precisas, esbatendo ali certas afirmações, acentuando acolá traços indecisos –, agradou-me surpreender-lhe um acento de fervor, de entusiasmo não só pelo grande homem que o inspirou como pela literatura. E não me alegrou menos verificar que, sem este contato com o homem, não me teriam sido possíveis as posteriores e mais penetrantes sondagens na obra. Por muito que, perfeita e acabada, a criação se desligue do criador e adquira vida própria, sempre lhe guarda a marca, sempre de algum modo com ele se identifica. (PEREIRA, 1996, p. 24).

Para a elaboração da obra, a biógrafa contou com um escasso material sobre a vida do autor e apoiou-se, principalmente, no Machado de Assis retratado nas conferências de Alfredo Pujol, configuradas no sentido de “fazer elogio do literato vitorioso socialmente, com uma performance, oral ou escrita” (WERNECK, op. cit., p. 84). O retrato exposto por Pujol voltava-se para o engrandecimento do mito. Assim, também o conferencista fazia-se notável e entrava para a história. Desse modo, de acordo com a pesquisadora Maria Helena Werneck:

Utilizando as tintas fortes do elogio, que seu tempo lhe oferece, Alfredo Pujol compõe, nas Conferências, um retrato do escritor Machado de Assis que, por ser o primeiro executado com pompa e circunstância, faz par com o óleo de Bernardelli ou com o busto de Magrou. O traço corrigido, que utiliza para esboçar a primeira efígie do grande homem das letras nacionais, não obedece apenas a um padrão de gosto que deseja perpetuado na memória dos homens vindouros. O exagero advém de um compromisso da vida literária de seu tempo, em fazer o elogio do literato vitorioso socialmente, com uma performance, oral ou escrita, que garanta, também ao conferencista, um lugar no panteão da literatura nacional (Ibidem).

Quanto ao espelhamento no Machado de Pujol, em sua construção, a ensaísta argumenta:

Quando, em 1935, comecei a escrever esse estudo, só havia sobre a vida do autor de *Dom Casmurro* os dados coligidos por Alfredo Pujol que, em regra exatos, não eram, entretanto, muitos, nem muito minuciosos; e, da sua obra, boa parte andava esquecida nos jornais e revistas em que fora publicada (PEREIRA, 2017, p. 26).

A biografia produzida por Lúcia Miguel Pereira aborda o viés narrativo e tem a interpretação como base comunicativa, fato que a faz dialogar com conceitos da produção da biografia moderna, modelo muito presente em sua época. Maria Helena Werneck, em seu livro *Machado de Assis na*

escrita das biografias, faz uma investigação acerca das maneiras como o autor foi retratado nas biografias de diferentes épocas, bem como das metodologias utilizadas nos momentos históricos em que tais produções foram concebidas. No que diz respeito à forma de escrita das biografias dos literatos da década de 1930, Werneck identifica uma “comunidade interpretativa”:

Na galeria machadiana, procuraremos surpreender, entre a monotonia da repetição do mesmo rosto e da reiteração de certas convenções, sentidos diferentes para a ação de escrever biografias, entendida não apenas a partir de seu produto final – o texto do biógrafo, que persegue a semelhança como modelo –, mas como uma ação situada, historicamente, numa comunidade interpretativa, capaz de receber e criar horizontes de leitura renovados para o texto machadiano (WERNECK, op. cit., p. 95).

A chave interpretativa presente no livro de Pereira é conectada à análise da vida do autor e à obra. Em alguns momentos, notamos a procura por pistas da personalidade de Machado de Assis em seus textos literários, principalmente no romance *Memorial de Aires*, de 1908. Somado às duas arestas descritas, o ângulo psicológico é uma das apostas da biógrafa. A presença da psicologia e da psicanálise é muito perceptível em cada linha de *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, inclusive no que diz respeito à saúde do autor, que sofria com a epilepsia. De acordo com Werneck:

Lúcia Miguel Pereira, quando escreve seu Machado de Assis, assiste a um momento de transição entre a decadência de um paradigma teórico – o evolucionismo social –, paralela a uma crescente fragilidade de algumas instituições onde a discussão racial encontrou abrigo (os museus etnográficos, determinadas faculdades de Direito e Medicina, além de institutos históricos), e a emergência do paradigma. Os ecos das palavras dos higienistas ainda soavam na década de trinta, mas eles vão sendo paulatinamente coloridos pelo timbre mais elegante das vozes dos divulgadores da psicologia e da psiquiatria, que encontram bons ouvidos entre artistas e críticos, opositoristas da arte disposta a retratar o homem emparedado pelas injustiças sociais (Ibidem, p. 121-122).

Pereira, na construção do seu Machado, mostra-nos uma outra possibilidade de enxergar esse cânone. De uma maneira muito peculiar, a biógrafa reposiciona conceitos formados sobre a vida do autor, colocando a imagem do “Machado ilustre” em segundo plano e privilegiando a imagem do “Machado de carne e osso”. Para além disso, recorre também à exposição das obras como um modo de conexão que possibilita o acesso ao Machado menos conhecido pelo público.

Esse homem tão recatado, tão cioso de sua intimidade, só teve um descuido, só deixou uma porta aberta: seus livros. São eles que nos revelam o verdadeiro Machado. Vingança suprema do artista, tanto tempo encoberto pelo funcionário. Vingança ou generosidade? Conservando, nas entrelinhas, a verdadeira figura do criador, não o reabilitará sua obra? (PEREIRA, 2017, p. 35)

A narrativa biográfica de Pereira traça o percurso da fase do “Machadinho” até a ascensão do escritor, gradativamente, de maneira a interpretar esses ciclos com seus escritos. Ou seja, ela cria

conexões entre a biografia e o romance sem afastá-la do todo da história. Quanto a isso, Fernandes expõe:

Mas é importante destacar que ao aproximar a biografia do romance, Lúcia Miguel Pereira não estava querendo afastá-la da história, ao contrário, buscava alicerçar a biografia nos mesmos pressupostos de verdade exigidos do ensaio histórico, livrando-a apenas do discurso rebarbativo de que falara Tristão de Ataíde (FERNANDES, op. cit., p. 6).

Quando Lúcia Miguel Pereira escreveu seu Machado de Assis, a ciência estava em pleno avanço, principalmente em torno da área da saúde. Princípios como a psiquiatria e a medicina eugênica, além das teses de Freud, estampavam as páginas da revista *Brazil Médico*, em seções sobre psiquiatria e neurologia (SCHWARCZ apud WERNECK, 1996, p. 123). Cabe mencionar que o pai da biógrafa, que participou da direção da supracitada revista, foi um grande sanitarista e professor da Academia Nacional de Letras. Werneck nota que “os ecos das palavras dos higienistas ainda soavam na década de trinta, mas eles vão sendo paulatinamente coloridos pelo timbre mais elegante das vozes dos divulgadores da psicologia e da psiquiatria, que encontram bons ouvidos entre artistas e críticos” (WERNECK, op. cit., p. 122). A interpretação psicológica nessa narrativa biográfica se estende para além da doença: ela tece uma análise de questões pessoais da vida do autor por meio de uma comparação com a personalidade de seus personagens, sugerindo, assim, que a ficção revela uma outra face de Machado. Nesse sentido, Fernandes afirma:

Lúcia Miguel Pereira desenvolveu trabalhos onde buscava “fazer viver” seu biografado, apresentando-o como sujeito fragmentário através de uma construção narrativa permeada de análises psicologizantes. Para a autora, a biografia era o melhor meio de se fazer história, pois era o único meio capaz de fazer com que os brasileiros se interessassem pelas grandes figuras de sua terra (FERNANDES, op. cit., p. 1).

Ao narrar a infância do escritor, a biógrafa descreve um período de muita pobreza e escassez, apontando o local de residência de Machado (no Morro do Livramento), a cor da sua pele (“mulato”), sua condição social (“livre”) e sua filiação (filho de Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado) (PEREIRA, 1996, p. 40). Acerca das condições sociais da família do autor, Lúcia Miguel Pereira pontua: “(...) ele mulato e pintor, nascido já de pardos forros, ela portuguesa, ilhoa, e, segundo a tradição, lavadeira. Gente humilde mas organizada, legitimamente casada, benquista no morro do Livramento onde morava” (Idem, 2017, p. 41). O filólogo Maximiliano de Carvalho e Silva, em sua obra *O romance Dom Casmurro de Machado de Assis: versão crítica e comentada, estudos bibliográficos* (2014), discorre sobre os processos difíceis e dolorosos da infância de Machado, relacionados com família, renda e saúde. Sobre essas questões, afirma:

Vê-se, pois, que no seu período de formação moral e intelectual o futuro escritor enfrentou as mais contrastantes situações de vida. Era um mestiço em uma sociedade que convivia com a instituição da escravatura, seus pais contavam com poucos recursos financeiros, deixou de ter a companhia materna em tenra idade, talvez já fosse portador da doença que o atormentaria ao longo dos anos (a epilepsia) e tinha dificuldades da fala, gagueira (SILVA, 2014, p. 312).

Partindo da profissão dos pais do autor, retratados em sua biografia, Lúcia Miguel Pereira alude às dificuldades enfrentadas por Machado de Assis na infância e, assim, demonstra que o caminho por ele traçado para ascender socialmente, enquanto escritor, não foi muito simples. Pelo contrário, segundo Pereira, Machado foi uma exceção em seu tempo e teve de galgar uma longa e trabalhosa caminhada até conseguir êxito no meio profissional desejado. Sobre essa persistência, Pereira afirma: “e o mulatinho vivia horas de embriaguez, todo possuído pela sua jovem ambição, pela sua poderosa vocação para as letras. Que importavam a pobreza, a cor, a humildade da origem? Haveria de vencer todos os obstáculos, de ser alguém” (PEREIRA, 2017, p. 74).

Segundo Werneck, a biógrafa faz uma projeção que liga a infância muito penosa ao percurso que Assis teve de seguir até a fase da consagração:

A significação da infância, momento em que se deu a aprendizagem da função do sentimento da ambição na estrutura estamental da sociedade oitocentista, e a relação da vivência infantil com seu trajeto de homem adulto e escritor consagrado permaneciam validadas com o passar das edições (WERNECK, op. cit., p. 110).

Nessa biografia de Machado, Pereira examina a vida do escritor em vários aspectos, uma vez que assume a função de crítica, biógrafa e historiadora. Quanto a esse olhar multifacetado, Werneck propõe que:

Nas intervenções da crítica, desaparece a paciência da biógrafa, que segue cada etapa da vida do biografado destacando o rendimento próprio a cada flagrante. Quem toma conta, então, da escrita de Machado de Assis é uma historiadora que olha as primeiras obras do escritor querendo perceber progressos, ainda que pequenos, ansiosa por se defrontar com o artista amadurecido (Ibidem, p. 137).

O Machado proposto por Pereira é visto a contrapelo; por esse viés, o retrato erguido por ela descreve um mulato epilético, feio, gago, do qual a pobreza foi o berço. Sobre a vida pessoal do escritor, é narrado o amor incondicional por Carolina, com quem foi casado e por quem era extremamente apaixonado. A integridade e a timidez também são relatadas pela biógrafa. Lúcia Miguel Pereira decidiu seguir rastros da margem social da qual Machado de Assis teve origem, além de olhá-lo por sua cor, pelos empregos que teve, pelos personagens ficcionais que inventou, no intuito

de, assim, reposicioná-lo e atribuir-lhe uma posição emblemática. Nesse sentido, a biógrafa dialogava, também, com a tradição literária de sua época.

A fascinação por uma forma de enredo, que acompanha a trajetória e o fluido da consciência de quem pretende ir além de um destino traçado por sua raça, por sua classe social, pelos limites de saúde precária ou pelos papéis atribuídos ao seu sexo, dá coerência à escrita de Lúcia Miguel Pereira tanto no romance quanto na biografia (Ibidem, p. 143).

No primeiro capítulo, analisaremos como o negro é tratado na ficção machadiana, levando em consideração que Assis, ao longo de sua carreira, cria muitos personagens negros, masculinos e femininos, principalmente na prosa, que são diretamente afetados pelas mazelas da escravidão. A partir dessa premissa, prosseguimos com a inspeção para solucionar a interrogação, e para tanto demarcamos três pequenos eixos de suma importância para o estudo. Em um primeiro momento, investigaremos como o negro escravizado na época imperial, especificamente no período do segundo reinado, era tido como mercadoria, e como demorou bastante tempo para que conseguissem a carta de alforria que garantiria a liberdade, o que foi conquistado após muita luta, fugas para quilombos, rebeliões, reivindicações dos movimentos abolicionistas, somados ainda à pressão da Inglaterra contra o tráfico de negros e o trabalho escravo. Por fim, a princesa regente Isabel sanciona a lei que liberta os escravos, porém parcialmente, pois eles continuaram sem oportunidades de emprego e seguiam à mercê, sofrendo as retaliações do abandono da sociedade patriarcal. Das teorias raciais europeias que se instauraram nessa mesma época em terras brasileiras por influência de pensadores europeus, podemos destacar a do conde Arthur Gobineau, que foi um grande divulgador do determinismo racial e se opôs à mestiçagem no país. Em suma, esse tipo de ideologia posicionava o homem branco europeu acima de todas as outras raças, menosprezando de forma racista outros indivíduos por sua tonalidade de pele. De acordo com o pesquisador Kabenguele Munanga (1986):

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de raças hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Como se não bastasse o antissemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante a apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis (MUNANGA, 1986, p. 5-6).

Notamos que esse fator pautado na teoria racial não somente impactou diversos segmentos da sociedade, como também persuadiu seus intelectuais e conseqüentemente refletiu na literatura, corroborando para uma estereotipação do personagem negro, atribuindo a ele uma funcionalidade social que se restringe à de objeto e para o qual as adjetivações são sempre negativas. Quando se estuda o tema do negro como “objeto de escrita” ou “sujeito autoral”, notamos um apagamento e uma escassez de materiais acerca da temática. Embora haja essa grande lacuna em aberto demarcada pela ausência do tema do negro na literatura, em Assis ainda podemos encontrar personagens negros, mesmo que “secundários”. Na narrativa machadiana, esses personagens são elementos de grande importância nos enredos: as feridas dos cativos na ficção são expostas de uma maneira direta para que se torne evidente sua humanidade.

Em um segundo momento, nos depararemos com o fato de que alguns críticos literários – como David Brookshaw, Martiniano J. Silva e Domício Proença – afirmam que Assis foi omissos com relação à temática da escravidão, o descrevem como absenteísta por não perceberem em sua literatura e em sua vivência a presença do protagonismo negro, exigindo do escritor uma militância pela causa dos negros uma vez que ele mesmo era um mulato. Esses teóricos se incomodam com a “imparcialidade” de Assis; no entanto, ao nos determos com atenção em suas obras literárias e investigarmos com cuidado as participações em eventos por parte do escritor, a afirmação dos críticos pode ser refutada. Além disso, notamos uma certa ironia refinada em Machado de Assis ao tratar desse tema, e há que se destacar o fato de que um mulato escrevendo sobre negros escravizados e martirizados é no mínimo de se fazer pensar. Percebemos que o autor estabeleceu através de seus escritos um mecanismo literário que refletia o sistema escravagista da sociedade atrelado à vivência do negro, pois é quase impossível separar o negro da escravidão na literatura machadiana.

Em um terceiro momento, nos propomos a avaliar a tecitura da História na obra de Assis, optando por trilhar um caminho mais teórico, e selecionando estudiosos que compõem o quadro da fortuna crítica da literatura machadiana. Partindo de críticos renomados como Raimundo Faoro, Roberto Schwarz, John Gledson e Sidney Chalhoub, que valorizam a corrente crítica da leitura da sociedade brasileira através da obra de Assis e comprovam a presença da historicidade brasileira em suas obras, trataremos ao debate abordagens que comprovam o fato de que nos romances de grande notoriedade do autor, assim como em sua prosa de uma maneira geral, havia uma figuração dos acontecimentos da sociedade patriarcal, ou seja, cada personagem ocupava um lugar dentro da sociedade de forma hierárquica.

O que me levou a selecionar os dois contos e um poema que serão estudados nesta dissertação foi o convívio com meus alunos do pré-vestibular comunitário “Sou Gonçalo”, instituição essa onde trabalhei durante alguns anos. Os discentes gostavam muito desses escritos e faziam muitas reflexões

acerca do tema e tentavam enxergar os sinais que o autor poderia ter deixado através dessas narrativas. Nesse ambiente de aprendizagem cresceu em mim uma vontade muito grande de me aprofundar não somente nessa produção textual separada, mas também mergulhar no universo histórico que rodeava Machado de Assis.

No segundo capítulo, faremos o cotejo de alguns objetos literários do autor para constatar como essas agruras do sistema patriarcal são exibidas no corpus textual selecionado. Os personagens negros, ainda que secundários, algumas vezes possuem fala, são submissos e tendenciosos. Machado delineia esse estereótipo racial colocando o branco como seu senhor e detentor do poder. Segundo Eduardo Duarte “(...) em Machado de Assis, o que se nota é o texto voltado para a crítica ao mundo dos brancos, marcada pela ironia e por um conjunto de procedimentos dissimuladores” (2013, p. 149). Os indícios são diversos para a investigação, visto que os escravizados machadianos se encontram sempre à mercê do seu senhorio. Os negros retratados por Assis emitem todas as suas dores e impotências perante as crueldades sofridas. Para este estudo, será analisado o conto “O caso da Vara” (1899). Damião, o personagem principal, passa por uma situação muito difícil. Logo após desistir do seminário, opta por se esconder na casa da sinhá Rita, a fim de que ela interceda para livrá-lo de ser padre. Na casa de sua intercessora, ele se apaixona de Lucrecia, uma jovem escrava, e se propõe, em seu íntimo, a defendê-la, porém quando a escrava solicita sua ajuda, mesmo sem saber de seu desejo interno, ele se sente acuado e, para não contrariar sua benfeitora e correr o risco de retornar ao seminário, decide entregar a vara na mão da sinhá para que o castigo fosse executado. Em se tratando de punições, no conto “Pai Contra Mãe”, o personagem Cândido Neves é forçado pelas circunstâncias a escolher entre salvar a vida do bebê, ainda no ventre de Arminda, uma escrava fugida, ou a de seu próprio filho. Candinho, como também é chamado, opta pelo próprio filho e, ao ver a negra sendo castigada e abortando o fruto que levava no ventre, termina refletindo sobre a impossibilidade de todas as crianças sobreviverem. Por fim, ainda acerca das feridas geradas pela escravidão, no poema “Sabina” a bela mulata cativa encanta por sua beleza e sensualidade o seu senhor Octavio, e ele, cativado, decide efetivar seus sentimentos e, após conseguir alcançar seu objetivo, afasta-se da moça. Devido ao engano provocado pelo rapaz, a jovem passa por um grande sofrimento emocional a ponto de não querer mais viver – ela só decide prosseguir por conta da gestação que se desenvolve em seu interior.

1. A ESCRITA QUE PROJETA O NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

É nesse flagrante rebaixamento da afro-descendência que o autor mulato, neto de escravos e nascido no morro do Livramento, irá aos poucos se firmando como a grande voz da literatura de seu tempo. Não deixa de ser um caminho longo e acidentado, em que o cidadão e o homem de letras têm que se defrontar com a espinha dorsal da sociedade e do próprio Estado brasileiro daquele momento. A escravidão alicerça a ordem imperial, e a forma envergonhada com que é admitida pelos setores bem pensantes – adeptos do liberalismo de fachada com que se traveste, desde a independência, a defesa do regime – bem demonstra o quanto de hipocrisia se insere no discurso das elites. (DUARTE, 2009, p.252).

O escritor Machado de Assis nasceu em 1839, no morro do livramento, no Rio de Janeiro, período no qual vigorava o Brasil Império. Nesse sentido, ao direcionar o nosso olhar para os fatores históricos, nos deparamos com o cenário histórico-cultural do Brasil do século XIX - período do Segundo Reinado do Imperador Dom Pedro II (1840-1889). De forma geral, podemos separar esse período em três macros-históricos: contenção dos resquícios das rebeliões Regenciais e política interna (1840-1850); política externa: Questão de Christie, conflitos platinos e Guerra do Paraguai; economia nacional (1850-1870) e leis abolicionistas e movimentos republicanos (1870-1889). A forma de governo monárquica, bem como o modelo de parlamentarismo “às avessas” funcionavam como a estrutura principal dessa forma governamental.

A economia cafeeira era um dos grandes investimentos da economia brasileira e o principal lucro dos latifundiários que dependiam da mão de obra escrava para execução do trabalho braçal. A industrialização foi trazida para essas terras pelo Barão de Mauá com a fundação de bancos, indústrias e ferrovias. Todavia, o governo imperial não prestou nenhum auxílio financeiro ao Barão, o qual enfrentou grandes dificuldades financeiras e, por fim, acabou falindo para quitar suas dívidas, pois a sociedade desse tempo permanecia agrária e escravocrata.

A escravidão, termo definido pelo dicionário Aurélio como: “Condição de escravo; cativo, servidão. 2. Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força para fins econômicos, e como propriedade privada, escravatura” (2010, p.304), surgiu como consequência do sistema patriarcal, e possuía grandes veios expostos dos horrores ocasionados pelo rigor do regime. Os negros escravos eram a principal moeda de troca desse comércio. Venda essa que ocorria desde os tempos coloniais, quando os negros escravos eram transportados em navios negreiros de forma precária. O termo negro de acordo com o dicionário Aurélio possui muitos significados, dentre eles: “1. adj. Preto (1 e 2). 2. Diz-se do indivíduo que tem a pele muito pigmentada, escura. 3. Fig. Sombrio; lúgubre. 4. A cor preta. 5. Indivíduo negro (2). 6. Bras. Pop. Nego” (2010, p. 529). O pesquisador Luiz Silva Cuti (2010), estabelece uma distinção entre a palavra negro e a palavra afro-brasileira termos esses muito utilizados quando se trata do estudo de questões étnicas afrodescendentes no Brasil e declara:

A palavra “negro” é uma das mais polissêmicas do vernáculo. Sua polissemia, quem sabe, contribuiria para seu desprezo na caracterização de um *corpus*. Afro-brasileiro, expressão cunhada para a reflexão dos estudos relativos aos traços culturais de origem africana, independeria da presença do indivíduo de pele escura, e, portanto, daquele que sofre diretamente as consequências da discriminação. Portanto, a palavra “negro” nos remete à reivindicação diante da existência do racismo, ao passo que a expressão “afro-brasileiro” lança-nos, em sua semântica, ao continente africano, com suas mais de 54 nações, dentre as quais nem todas são de maioria de pele escura, nem tampouco estão ligadas à ascendência negro-brasileira. Remete-nos, porém, ao continente pela via das manifestações culturais. Como literatura é cultura, então a palavra estaria mais apropriada a servir como selo. (CUTI, 2010, p.37).

Objetos de compra e venda desse sistema - os negros - eram usados para o trabalho no campo, nas lavouras de café, cana-de-açúcar, dentre outros afazeres. Eles sofriam os mais diversos abusos e perversidades no servilismo, bem como eram obrigados a viver de forma inumana e cruel. Em seu estudo sobre a mão de obra dos negros em território brasileiro, Fausto afirma:

“O Brasil é o café e o café é o negro”. Essa frase comum nos círculos dominantes, na primeira metade do século XIX, só em parte é verdadeira. O Brasil não era só o café, como não fora só açúcar. Além disso, a produção cafeeira iria prosseguir no futuro, sem o concurso do trabalho escravo. Mas não há dúvida de que nesse período boa parte da expansão do tráfico de escravos se deveu às necessidades da lavoura de café. (FAUSTO, 2006, p.192).

Compreendendo a importância dos estudos realizados por estrangeiros que estiveram na nação brasileira no século XIX, nos deparamos com uma obra intitulada *O Brasil do século XIX no olhar de Charles Expilly* - com textos do polêmico autor francês Jean-Charles Marie Expilly - organizado por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2017), quando o autor esteve no Brasil, em 1850. A obra, revelou os aspectos negativos da realidade socioeconômica do país. Dentre as inúmeras críticas, aos mais variados segmentos em que se dividia a sociedade, o escritor viajante expôs as condições em que as mulheres viviam, bem como, as situações terríveis as quais os negros - especialmente as mulheres - eram submetidos, obrigados a executar tarefas árduas e que traziam consigo um enorme risco para a saúde, sem as mínimas condições de higiene, como, por exemplo, o transporte dos dejetos de seus donos.

Esses negros, carregados com o barril tradicional, que os franceses chamam de bonnet à poil, são como emblema da cidade, pitoresco, se quiserem, mas pouco agradável do livro que você terá que percorrer. Vale lembrar que um dos nossos compatriotas, impressionado pela sina dos habitantes do Rio, inventou um sistema de fossa móvel, destinado a eliminar esse foco pestilento e permanente. Mas a inovação não obteve o sucesso que deveria ter por algumas personagens importantes, ela fracassou devido ao espírito comodista das classes inferiores. O brasileiro, como o português, está habituado a esse horrível odor; ele não o incomoda e, além do mais, o barril é mais barato que a fossa móvel) (EXPILLY in MELLO, 2017, p. 26)

Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, disserta sobre o desespero dos cativos ser tão grande que eles não tinham o desejo de continuar vivendo “Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros.” (2003, p. 292), e reafirmando, a informação registrada por Expilly sobre os carregadores de dejetos, o autor chega a adjetivá-los como “tigres”, a semelhança não se aplica a ferocidade, porém ao aspecto das listras que se formavam em seus corpos:

Ao escravo negro se obrigou aos trabalhos mais imundos na higiene doméstica e pública dos tempos coloniais. Um deles, o de carregar à cabeça, das casas para as praias, os barris de excremento vulgarmente conhecidos por tigres. Barris que nas casas-grandes das cidades ficavam longos dias dentro de casa, debaixo da escada ou em um outro recanto acumulando

matéria. Quando o negro os levava é que já não comportavam mais nada. Iam estourando de cheios. De cheios e de podres. Às vezes largavam o fundo, emporcalhando-se então o carregador da cabeça aos pés. Foram funções, essas e várias outras, quase tão vis, desempenhadas pelo escravo africano com uma passividade animal. Entretanto, não foi com o negro que se introduziu no Brasil o piolho; nem a "mão de cocar"; nem o percevejo de cama. E é de presumir que o escravo africano, principalmente o de origem maometana, muitas vezes experimentasse verdadeira repugnância pelos hábitos menos asseados dos senhores brancos. (FREYRE, 2003, p.291).

A precariedade sanitária era algo que abundava no Rio de Janeiro da época imperial. O filólogo Maximiano Silva, quando investiga o Rio de Janeiro da infância do escritor, constata que, se por um lado a cidade caminhava a passos lentos para uma futura evolução, por outro lado suas deficiências ficavam cada vez mais expostas.

O Rio de Janeiro da infância e juventude de Machado de Assis era uma cidade de cerca de 300.000 habitantes, em grande parte de negros e mestiços ainda escravos ou forros, em que tantas belezas naturais e o surto do progresso da cidade contrastavam com as suas deficiências, falta de higiene, insalubridade, precariedade de meios de transporte e o tratamento aviltante que era dado de modo geral aos escravos, mais ainda aos submetidos aos castigos físicos e morais. (SILVA, 2014, p.311).

As dificuldades enfrentadas pelos negros durante o período imperial no Brasil, era um fator escancarado. Os negros escravos eram desprezados e usados como utensílios descartáveis pela elite senhorial da época. É sabido também o quanto demorou para eles conseguirem se emancipar, ou seja, alcançarem a liberdade. No que tange as leis que serviam a esse fim, houve grande pressão da Inglaterra, que se iniciou em 1826, através de um tratado, de acordo com Fausto:

Em 1826, a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado pelo qual, três anos após sua ratificação, seria declarado ilegal o tráfico de escravos para o Brasil, de qualquer proveniência. A Inglaterra se reservou ainda o direito de inspecionar, em alto mar, navios suspeitos de comércio ilegal. O acordo entrou em vigor em março de 1827, devendo, pois ter eficácia a partir de março de 1830. Uma lei de 7 de novembro de 1831 tentou pôr em andamento o tratado ao prever a aplicação de severas penas aos traficantes e declarar livres todos os cativos que entrassem no Brasil, após aquela data. A lei foi aprovada em um momento de temporária queda no fluxo de escravos. Logo depois, o fluxo voltou a crescer e os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados. Os traficantes ainda não eram malvistas nas camadas dominantes e se beneficiaram também das reformas descentralizadoras, realizadas pela Regência. Os júris locais, controlados pelos grandes proprietários, absolviam os poucos acusados que iam a julgamento. A lei de 1831 foi considerada uma lei para inglês ver. (FAUSTO, 2006, p.194).

Houve muita resistência de alguns escravos aos grilhões da colonização, visto que eles fugiam e se agrupavam em quilombos. Sobre esse processo combativo e custoso para os homens e mulheres que habitavam nas senzalas, a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2018) ilustra em seu livro *O Movimento Negro Educador. Saberes Construídos As Lutas Por Emancipação*, sobre a forma deplorável que os escravizados eram tratados, e como tiveram que resistir e lutar, alguns até a morte, nas revoltas quilombolas, na tentativa de libertarem seus corpos das correntes da casa grande.

Mesmo com o término oficial do tráfico negreiro em 1850 e com a sucessão de leis que abrandavam a situação dos africanos escravizados e seus descendentes - Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei do ventre livre (1871), e Lei dos sexagenários (1885) -, a escravidão no Brasil durou oficialmente até o ano de 1888 (Lei Áurea). Apesar de todas as críticas feitas à abolição, não há como negar que ela foi resultado de um processo e a culminância oficial da emancipação do corpo negro como escravizado para o corpo liberto. No entanto, a luta pela libertação e emancipação do corpo negro, nem sempre foi uma presença marcante na vida e nas ações dos africanos escravizados e seus descendentes. As lutas, as rebeliões nas senzalas, as lutas quilombolas, os abortos, os envenenamentos foram respostas fortes das africanas e africanos escravizados ao regime da escravidão. E em todas elas o corpo negro regulado pela escravidão se mostrava rebelde e lutava pela sua emancipação. Também hoje a história já nos revela que negros libertos também participavam do movimento abolicionista e não somente a classe média branca mais revolucionária da época. (GOMES, 2018, p.101).

Joaquim Nabuco em *O abolicionismo* deixa claro o sentimento da classe abolicionista em relação aos negros:

No Brasil, a questão não é, como nas colônias européias, um movimento de generosidade em favor de uma classe de homens vítimas de uma opressão injusta a grande distância das nossas praias. A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão, ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. Por outro lado, a emancipação não significa tão somente a termo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor. É esse ponto de vista, da importância fundamental da emancipação, que nos faz sub-rogar-nos nos direitos de que os escravos e os seus filhos - chamados ingênuos por uma aplicação restrita da palavra, a qual mostra bem o valor das ficções que contrastam com a realidade - não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos. Aceitamos esse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo o país e no nosso próprio interesse. Quem pode dizer que a raça negra não tem direito e protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? A esse direito de acusação, entretanto, ela própria renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria. Não é já tempo que os brasileiros prestem ouvidos a esse apelo? (NABUCO, 2000, p.9-10).

Nabuco, em seu discurso, afirma sobre os direitos dos negros:

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. Por esses sacrifícios sem número, por esses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani e jesuítico. (NABUCO, 2000, p.10).

A respeito das leis que marcaram o período imperial, a lei áurea promulgada em 1888, pela princesa Isabel, é a mais importante dentre as demais, porque de certo modo, “liberta” os negros do jugo da escravidão. É importante salientar que, todavia, por haver uma enorme pressão da Inglaterra para o feito, como antes mencionado, não foi algo totalmente voluntário como alguns historiadores relatam. Se por um lado a liberdade era oferecida, em contrapartida, não havia nenhuma garantia de empregabilidade para os recém-libertos. Surgem, desse modo, os grandes problemas da pós-abolição. Ou seja, de certo modo essa mão de obra continuava presa ao jugo dos proprietários de fazenda, visto que não havia um planejamento de integrá-los na sociedade. Nessa vertente, a pesquisadora Myriam Brecho Mota (2006) afirma:

(...) representou um avanço, mas deixou também muitos problemas, porque não levou em conta a inclusão do negro, como cidadão, na sociedade brasileira. Os grandes fazendeiros de café optaram pelo imigrante europeu, e o negro perdeu seu lugar nas propriedades do Centro-Sul do país. Nem ao menos se cuidou de conceder-lhe terras, o negro ficou relegado às atividades marginais, em situação de sub-emprego, vítima de um pesado preconceito e sem oportunidade de acesso à escola. Nesse processo, o preconceito contra o negro persiste até hoje. (MOTA, 2006, p.251).

Em meio a todos esses movimentos sociais abolicionistas que impulsionavam o progresso do país, Machado de Assis foi um grande observador dessas questões históricas de seu século, pois sua

posição e cargos a serviço do Imperador não o poupavam do enfrentamento com um dos seus grandes inimigos, o “racismo estrutural”, que estava cada vez mais latente em sua pátria. A escritora Grada Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano* concebe uma definição sobre o que seria o racismo estrutural:

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado racismo estrutural. (KILOMBA,2019, p.77).

Ao investigar o racismo no Brasil, no recorte temporal em questão, nos deparamos com uma das causas que, foi a grande influência da presença de teorias científicas muito complexas que chegavam da Europa, via cientistas estrangeiros, cujo objetivo era segregar as pessoas pela sua tonalidade de pele, mostrando, desse modo, qual raça era superior, no caso, a branca “ariana”. Essas ideologias raciais, de certa forma, influenciaram alguns letrados brasileiros. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz - em seus estudos sobre raça - tece apontamentos sobre as diretrizes desses estudos científicos e como se norteavam:

(...) no início do século XIX, o termo raça foi amplamente introduzido na literatura mais especializada por Georges Cuvier (1769-1832) quando mostrou as diferenças existentes entre os vários grupos humanos. Surge neste período também, um grande embate sobre a origem da humanidade, entre dois pensamentos antagônicos, de um lado estava o monogenismo, pensamento este baseado nos estudos bíblicos e na crença de um pai universal (Adão), onde o homem teria se originado de uma fonte comum, portanto a humanidade seria uma, sendo assim, os diferentes tipos de homem eram produto da maior degeneração ou perfeição do Éden, indo do mais perfeito ao menos perfeito, com uma maior ou menor aproximação do paraíso. E do poligenismo, que surge para contestar os dogmas monogenistas da igreja, e fortalecer uma interpretação biológica na análise do comportamento humano, que passam a ser vistos como resultado das leis biológicas e naturais. Surgindo daí duas teorias para a interpretação da capacidade humana, a frenologia e a antropometria, levando em conta o tamanho e a proporção do cérebro de diferentes povos. (SCHWARCZ apud Silva, 2010, p.7).

Schwarcz em seu artigo *A teoria das raças* disserta sobre o olhar científico no que tange aos conceitos preestabelecidos por cientistas sobre as etnias. De acordo com a historiadora, a partir da produção *A origem das espécies*, de Darwin “surge uma grande inquietação nos intelectuais não somente pela grande descoberta da pesquisa, mas também pelo uso das terminologias: “sobrevivência

do mais apto”, “adaptação” e “luta pela sobrevivência”, que o estudo de Darwin possibilitava. Segundo a historiadora:

O debate ganharia uma espécie de estrondoso ponto-final a partir de 1859, com a publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Aí se estabeleceram as bases para a afirmação de uma sorte de paradigma de época em torno da noção de evolução. A novidade não estava só na tese anunciada, mas também na terminologia utilizada pelo cientista. Rapidamente expressões como "sobrevivência do mais apto", "adaptação", "luta pela sobrevivência" escapavam do terreno preciso da biologia e ganhavam espaço nas demais disciplinas. (SCHWARCZ, 2018, p. 422).

De acordo com Schwarcz, essa pesquisa científica darwinista abriu margem para o engajamento de teóricos que se debruçaram a investigar o determinismo social. Segundo a historiadora, o que havia de similar entre eles era: “Em comum reinava a certeza de que raça era conceito crucial a distinguir hierarquias entre povos e a cindir a própria humanidade (SCHWARCZ, 2018, p.423)

Partindo da afirmação do carácter essencial das raças - que as fazia diferir da mesma maneira como eram variadas as espécies -, uma série de teóricos, mais conhecidos como "darwinistas raciais", passaram a qualificar a diferença e a transformá-la em objeto de estudo: um objeto de ciência. Raça transforma-se, então, em conceito essencial e respaldado pela biologia. Também conhecidos como "deterministas sociais", em função do carácter premonitório de seu conhecimento, os grupos vinculados a esses novos modelos poderiam ser basicamente divididos em dois: deterministas geográficos e deterministas raciais. (SCHWARCZ, 2018, p.421- 422).

Dentre as duas ramificações que Schwarcz teoriza sobre o “determinismo”, o que é mais latente é o determinismo racial que, de acordo com Schwarcz, pertencia ao segundo grupo de estudos. Essa vertente tem grande expansão no Brasil principalmente através do Conde Arthur Gobineau. Quanto aos cientistas que optaram por seguir o modelo de estudo das raças, Schwarcz, afirma:

O segundo grupo ficou conhecido a partir de suas conclusões deterministas raciais. Abandonavam-se as análises centradas no indivíduo para insistir na proeminência do grupo. O sujeito era entendido, portanto, apenas como uma somatória dos elementos físicos e morais da raça a que pertencia. E, com o fortalecimento dos modelos das raças, percebe-se uma espécie de reversão bem no seio do discurso liberal. Distantes do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kid (1875) acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais e imutáveis, sendo todo cruzamento entendido como um

engano; um sinônimo de degeneração, não só racial como social. Eram três os pressupostos teóricos. O primeiro afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre esses agrupamentos a mesma distância encontrada entre o asno e o cavalo. O segundo instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais. Um terceiro aspecto apontava para a predominância do grupo racial no comportamento do sujeito. O saber sobre as raças levou, por sua vez, a um "ideal político" que previa a submissão ou eliminação das "raças inferiores": a eugenia. Convertida numa espécie de prática do darwinismo racial, a eugenia tinha como meta intervir na reprodução das populações. O termo "eugenia" (eu: boa; *genus*: geração) fora criado em 1883 por Francis Galton, e referendava a noção de que a capacidade humana estava diretamente ligada à hereditariedade. (SCHWARCZ, 2018, p.423).

O escritor Eduardo de Assis Duarte (2009) em seu livro *Machado de Assis Afrodescendente* dialoga sobre o pensamento de parte dessa elite - predominante na época - através da linha de raciocínio de um nobre “(...) O Conde Arthur Gobineau era representante diplomático do governo francês no Brasil, residiu na corte à época de Machado e se tornou amigo de D. Pedro II” (DUARTE, 2009, p. 250). Segundo Duarte (2009), Gobineau defendia a vertente científica do etnocentrismo, pregava a superioridade da raça branca, ocidental e cristã. (DUARTE, 2009, p. 250). É inegável a postura racista do francês “*Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia*” (GOBINEAU apud in: Raeders apud Schwarcz ,1994, p.138)

Acerca da postura racista de Gobineau, Silva, afirma:

A influência de Gobineau nas teorias raciais que aqui se desenvolveram foram muito fortes, da mesma forma com que suas ideias também repercutiram entre a elite branca do sul dos Estados Unidos, onde predominava o trabalho escravo. A teoria racista de Gobineau não era preconceituosa apenas contra as raças não brancas, mas contra inclusive, os brancos que consideravam ter sangue mesclado com negros e índios. (SILVA, 2010, p.3).

O antropólogo Kabenguele Munanga em sua obra intitulada *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*, de uma forma muito profunda estuda o processo de mestiçagem e seus conceitos em um âmbito universal, e ao seu tratar do Brasil, inicia direcionando o posicionamento dos pensadores brasileiros daquele recorte de tempo em relação à temática:

Ao abordar a questão da mestiçagem do final do século XIX, os pensadores brasileiros se alimentaram sem dúvida do referencial teórico desenhado pelos cientistas ocidentais, isto é, europeus e americanos de sua época e da época anterior. A discussão travada por alguns iluministas a respeito do caráter ambivalente da mestiçagem, seja para explicar e confirmar a unidade da espécie humana (Buffon, Diderot), seja para negá-la (Voltaire); a idéia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as idéias sobre a degenerescência da

mestiçagem, etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira. Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também e sobretudo propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial. (MUNANGA, 1999, p. 50).

De acordo com Schwarcz (1994), o tema da mestiçagem, ou seja, a mesclagem da raça branca, negra e indígena, como emblema da nação, era um fator que estava eclodindo no país nos mais variados pilares da sociedade:

Essa visão mestiça da nação não se resumia, porém, ao olhar que vinha de fora, aos inúmeros naturalistas que aqui estiveram. Internamente o tema se reproduzia a partir de diferentes locais. Nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, raça aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. (SCHWARCZ, 1994, 2010).

Haja vista o apontamento de Munanga sobre o interesse dos intelectuais do século XIX, em estabelecer um pertencimento étnico, uma identidade que fosse propriamente brasileira e um ideal de nação o antropólogo cita os literatos que se lançaram nessa construção identitária.

Apesar das diferenças de pontos de vista, a busca de uma identidade étnica única para o país tornou-se preocupante para vários intelectuais desde a primeira República: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre etc., para citar apenas os mais destacados. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, neste debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo. Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço. (MUNANGA, 1999, p52).

Segundo a pesquisadora Dalva Aparecida Marques Silva (2010), em suma, os negros, escravos e africanos, pelo olhar científico, eram considerados inferiores:

Os negros, escravos e africanos passaram a ser “objetos de ciência”, se tornaram “classes perigosas”, sendo definido pela ciência como diferentes e inferiores, pois era a partir da ciência que se estabeleciam as diferenças e as inferioridades. Foi neste contexto de transição do trabalho escravo para o livre que as teorias raciais desenvolvidas na Europa começaram a penetrar no pensamento social brasileiro. Surgindo assim, o racismo como construção social baseado nos pressupostos científicos. (SILVA, 2010, p.3)

Esse preconceito racial, o qual reverbera a partir dessas teorias raciais eurocêntricas elencadas, se encontra enraizado na cultura brasileira, e por consequência, acaba por transparecer na ficção literária do país que coloca tanto o sujeito negro escritor quanto o personagem negro em segundo plano. Percebemos que, ocorre um certo apagamento tanto da imagem, quanto dos escritos de autores negros do cânone literário. Acerca desse ponto, Duarte (2013) pontua:

Examinados os manuais – componente significativos dos mecanismos estabelecidos de canonização literária – verifica-se a quase completa ausência de autores negros, fato que não apenas configura nossa literatura como branca, mas aponta igualmente para critérios críticos pautados por um formalismo de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época. (DUARTE, 2013, p. 146).

Levando em consideração que os olhares estrangeiros são os pioneiros na verificação dos traços da presença negra na literatura brasileira, essas pesquisas realizadas por eles, tendem a demonstrar com mais precisão a ausência no âmbito literário do negro na ficção. Segundo Cuti (2010):

No contexto brasileiro, já vimos que foram os estrangeiros que primeiramente fizeram estudos acerca da presença negra na literatura brasileira. Como tema, simplesmente, ou por trazer elementos rítmicos das tradições de origem africana, a literatura feita por brancos explicitou a distância entre o sujeito e seu objeto, como se quem pronunciasse o discurso fizesse questão de dizer que este não diz respeito a uma subjetividade negra e sim branca. São inúmeros os textos nessa linha, desde os primórdios da nacionalidade literária, quando ainda reinava a completa dicção portuguesa. Aqui e ali, algum suspiro de identidade negra, como se ela fosse proibida. E o era. Não explicitamente. Ideias e concepções podem ter seu reinado sem necessitar de leis que determinem o cumprimento daquilo que propõem. O silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca. (CUTI, 2010, p.35).

A personagem negra quando aparece na ficção, no séc. XIX, passará pelo mesmo esmagamento e privações, que os negros viviam na sociedade na época, essa personagem quando não

é silenciada pela morte, é clareada em sua cor. Isso, sem contar as inúmeras tragédias que é acometida. Visando esse desaparecimento, Cuti (2010) afirma:

Na literatura, por razões fundamentadas em teorias racistas, a eliminação da personagem negra passa a ser um velado código de princípios. Ou a personagem morre ou sua descendência clareia. A evolução do negro no plano ficcional só pode ocorrer no sentido de se tornar branco, pois a “afro-brasilidade” pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial ou, até, ser um discriminador. Daí tal terminologia corresponder às ideias do antropólogo Gilberto Freyre, relativas à noção de uma hierarquia cultural, em que as manifestações de origem africana seriam consideradas estágios inferiores e o cruzamento biológico no Brasil apontaria para o que chamou de “metarraça”, ou seja, um futuro de população morena que apagaria toda e qualquer tensão racial. É sobre a fantasia de um espólio cultural afro que os racistas brasileiros passaram a abordar a questão literária nacional quando foram intimidados pelos brasilianistas que por aqui aportaram para debater o problema racial e sua relação com o texto literário. (CUTI, 2010, p. 33).

Percebemos que existe um certo preconceito com a personagem negra, levando-a a ocupar - tanto na prosa quanto na poesia - um segundo plano “marginalizado” e, devido a esse fator, a personagem passa pelo processo de objetificação sendo quase que desumanizada. Quanto a isso, Silvina Santana Nascimento e Nelma Santos Sátiro concluem:

Tanto na escrita poética quanto na prosa, o negro é um objeto cênico, um recurso que proporciona beleza e graça aos textos literários, além de representar os anseios mais profundos de seus autores por satisfação. Raramente sendo visto como um indivíduo protagonista independente. Por ser a narrativa/poema quase sempre centrado numa personagem branca que se debate em seus conflitos, acaba por relegar o negro ao segundo plano, de onde se evidencia um pouco do contexto social da obra. A imagem tradicional que se tem do negro aliada ao uso contínuo da diferenciação por meio da raça pode acabar inculcando (se é que já não incultiu) um sentimento segregativo, a ponto de crermos que o indivíduo da cor negra é quase como um ser de outra espécie ou de outra natureza. (NASCIMENTO;SÁTIRO,2019,p.16).

Carlos Reis (2018) disserta sobre os conceitos que delimitam a personagem ficcional e, deixa muito claro, em sua primeira e segunda afirmação, o escapismo de controle do autor da interpretação que será feita daquela determinada personagem quando essa obra é lida fora de seu recorte temporal, possibilitando, assim, uma nova reconfiguração para a personagem:

Primeira afirmação: a personagem compreende, como a narrativa ficcional em geral, uma dimensão transhistórica que escapa ao controle e ao projeto literário de quem a concebeu. Segunda: a refiguração icônica de personagens literárias favorece leituras desdobradas, uma vez que aquela refiguração é, em simultâneo, uma releitura de um texto verbal e uma descoberta de aspetos insuspeitados das ditas personagens. (REIS, 2018, p.15).

Realizando a pesquisa no acervo de produção literária de autoria negra e o negro como tema, nos deparamos com os estudos da literatura afro-brasileira ou literatura negra, que é um gênero, que se dirime a aprofundar e investigar essas diretrizes. Sobre o conceito dessa literatura, o autor Octavio Ianni (1988), afirma:

O negro é o tema principal da literatura negra. Sob muitos enfoques, ele é o universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura. Naturalmente, o negro sempre implica no branco, no outro negro: senhor de escravos, capataz, feitor, fazendeiro, empresário, empregado, funcionário, operário, lavrador, político, governante, intelectual e assim por diante. Implica na escravatura, época colonial, período monárquico, várias repúblicas, várias ditaduras, urbanização, industrialização, formas de trabalho e vida. Compreende diversidades, multiplicidades, desigualdades, antagonismos. Mas não há dúvida de que o negro brasileiro é o tema principal dessa literatura. Uma literatura “que trabalha no seu conteúdo, contextos onde os personagens (ou fatos) se desenvolvem segundo princípios e fins históricos, relacionados no tempo e no espaço com aspectos do indivíduo, da família e dos povos negros, em função de relações sociais conhecidas ou decodificáveis”. Mas cabe ressaltar aspectos implícitos nessa colocação. A “literatura negra é aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem de se assumir como negro. (IANNI, 1988, p. 92).

No recorte acima - mais precisamente nas linhas finais - Ianni pontua que para pertencer a “literatura negra” o autor deve ser negro e escrever sobre a sua raça. Nesse ponto, muitos desconsideram Machado de Assis, pela imparcialidade. De acordo com Ianni, para se fazer a descoberta da presença do negro na produção literária de Assis, é necessário romper “o mapeamento demográfico”, “racial”, “sociológico” ou “ideológico” (1988, p. 93). Todavia, o autor pontua o grande valor dos escritos de Machado de Assis para a literatura negra:

É provável que Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto sejam os fundadores da literatura negra. Sem prejuízo da sua importância na literatura brasileira. Mas, também é provável que o resgate desses autores pela literatura negra permita repensá-los melhor, descobrir dimensões novas em suas obras, redimensioná-los no âmbito da literatura brasileira. Certamente contribuem decisivamente para a formação da literatura negra, enquanto tema e sistema. (IANNI, 1988, p. 93).

O que apuramos quando lemos com muita atenção os textos de Machado de Assis, os quais possuem em seus corpus textuais o personagem negro, é que mesmo esses personagens sendo secundários, eles ganham falas expressivas e uma certa notoriedade e funções primordiais para o desfecho dos escritos. Desse modo, desvenda, não somente os males da escravidão, bem como as faces de um país patriarcal que construiu suas bases por cima de muito sangue de negros, indígenas e mulatos, em uma ironia muito velada, Assis, oferece uma amostra do que presenciava. Levando em consideração todo esse processo político-econômico-social que analisamos, compreendemos que Machado contribuiu muito para o hall de autoria negra, como sujeito negro escritor e com sua pena da galhofa e tinta da melancolia desenhando as mazelas e dores dos menos abastados.

1.1 Absenteísta?

Por não ter um posicionamento que fosse expositivo, ainda há quem diga que Machado de Assis era alheio às penúrias que os brancos mais abastados cometiam em seu país contra os escravos africanos, pois ele não executava a militância de forma direta e combativa, como alguns autores negros de seu tempo deram exemplo: Luís Gama, Lima Barreto etc. Os críticos, que apoiam sobre esse pensamento, alegam que o autor não se pronunciava acerca do tema, sempre optando pela neutralidade e imparcialidade. De acordo com David Brookshaw em seu livro *Raça e cor na literatura Brasileira*, ao averiguar o trabalho literário de Machado, afirma que ele nunca se preocupou com o problema racial e, raramente, abordou as questões referentes à escravidão, cuja abolição ocorreu enquanto ele ainda estava vivo. (BROOKSHAW apud ROCHA, 2016, p.302)

Com opinião semelhante, o crítico Domício Proença Filho, em seu artigo *A trajetória do negro na literatura*, afirma:

De minha parte, entendo que a literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele. Mesmo os dois contos que envolvem escravos, "O caso da vara" e "Pai contra mãe", não se centralizam na questão étnica, mas no problema do egoísmo humano e da tibieza de caráter. Os demais tipos negros ou mestiços participam como figurantes em histórias que, no nível do conteúdo manifesto ou do realismo de detalhe, constituem reflexo da realidade social que pretendem retratar. (FILHO, 2004, p. 12).

Com o mesmo ponto de vista, e ainda mais impetuoso, o historiador Martiniano J. Silva em seu livro *Racismo à Brasileira – Raízes históricas* afirma que a preocupação de Assis era manter seu

status social, perante a sociedade elitista na qual estava inserido, escondendo suas raízes afrodescendentes e até mesmo a pobreza que passou ao decorrer de sua vida. Por isso, os seus textos só corroboravam para enaltecer o embranquecimento e exaltar a cultura que estava em voga. O professor conclui:

Considerando-se o ambiente da burguesia branca onde se inseriu e desejou ser aceito, evidentemente fugindo e escondendo-se do estigma do negro que carregava nas origens, Machado de Assis é, por assim dizer, uma excepcional figura literária, que os ingleses chamariam de *self made man*. Suas excelentes qualidades intelectuais, porém (grande romancista, contista, cronista etc.), não o eximem de figurar na galeria dos escritores que mais se comprometeram com a ideologia do embranquecimento. Como dissemos, era um mestiço, menino de morro, gago; portanto, portador de uma enorme carga de sofrimentos, com raízes ainda em seus ancestrais. Mas escondeu todo esse sofrimento no pessimismo introspectivo de sua obra. Não é difícil notar que preocupou-se muito em apagar, junto à cultura elitista, esses vestígios de sua origem humilde. (SILVA, 1995, p.98).

No entanto, alguns críticos e pesquisadores se debruçaram na missão de provar que Machado se importava, sim, com os africanos e afrodescendentes que sofriam em terras brasileiras, e que a sua produção escrita, de certo modo, tratava de denunciar as crueldades vividas pelos cativos. Ou seja, toda a tragédia alinhada à escravidão e seus aparelhos de repreensão, eram formas de denunciar de forma subjetiva os desalinhos da decadência da comunidade, da qual era membro.

Há relatos de que Machado compareceu a algumas confraternizações em comemoração ao fim da escravidão. Silva (2014) descreve como foi a postura do autor diante desses eventos que tinham como pauta a celebração da liberdade dos ex-cativos.

Machado de Assis participou de todas as comemorações de regozijo pela promulgação da Lei Áurea. No âmbito da Secretaria da Agricultura, onde trabalhava, encarregado de proferir saudação ao ministro conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, autor do projeto abolicionista apresentado à Câmara dos Deputados no dia 7 de maio, o fez em termos calorosos, louvando a decidida atuação do Ministro no acontecimento histórico tão justamente celebrado, mas que contrariava altos interesses dos proprietários de escravos. No dia 17 de maio, assistiu à missa comemorativa da abolição com a presença da Princesa Isabel, homenageada por todos os presentes, e logo após participou do almoço com que em sua casa o tribuno José de Patrocínio o recebeu juntamente com o ministro da justiça, Ferreira Viana. No dia 20, participou, em carruagem aberta, do grande cortejo cívico organizado pela imprensa do Rio de Janeiro, vendo entre os presentes o Marechal Deodoro da Fonseca, representante da facção do Exército que assinara antes um manifesto abolicionista. (SILVA, 2014, p. 321).

Ainda sobre o ponto de vista de Machado de Assis quanto à questão dos escravos negros e mestiços no Brasil no século XIX, Silva (2014) discorre sobre como Machado deveria se sentir, sendo ele também um mestiço:

Entre as avaliações erradas ou inexatas das posições que assumiu, é especialmente importante a que se refere à existência de escravos negros e mestiços na sociedade brasileira. Machado de Assis só podia sentir-se num grande constrangimento moral, sendo ele próprio um mestiço, ao ver pessoalmente em lugares públicos o suplício a que podiam ser submetidos os escravos e sentir as manifestações de todos os preconceitos relativos à inferioridade da raça negra e ao legado dos prejuízos que a mestiçagem acarretava. (SILVA, 2014, p. 320)

Machado de Assis escreveu uma enorme coletânea de crônicas que trazem em seus eixos centrais conteúdos que fazem alusão ao entrecruzamento de momentos históricos, como, por exemplo, a queda do Império (1881-1849) e início da República no Brasil (1889). A crônica que data de 14 de maio de 1893 versa a respeito da Lei Áurea de 1888, e de como foi importante esse grande feito para os escravos. Conta também sobre o júbilo que foi para os abolicionistas presentes, na ocasião. No texto, fica evidente demasiada comoção de Assis, com aquele ato que soltou as amarras dos aprisionados.

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente, todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. (MACHADO apud DUARTE, 2009, p. 288).

Duarte (2009), ao analisar as obras do romancista, especificamente, as que cooperam para o acervo da literatura negra brasileira, compreende que, mesmo que Machado não tenha sido um dos maiores ativistas abolicionistas do século XIX, isso não significa que ele apoiasse a escravatura, tampouco que tenha aderido à ideologia do embranquecimento, como alguns pesquisadores cogitam. Sobre a crônica acima citada o professor aponta:

Nesta crônica de 1893 Machado se reporta à festa do 13 de Maio e revela sua integração ao júbilo popular pelo fim do escravismo no Brasil. Modesto, quase pede desculpas pela forma dissimulada com que combateu o regime que vitimava seus irmãos de cor. A metáfora do caramujo tudo resume: mais que a retórica, a ficção construiu a faceta política do artista e

protegeu o homem das intempéries de seu tempo. Caramujo nem sempre encolhido, Machado soube ser o guerrilheiro consciente de suas armas e de seus alvos. (DUARTE, 2009, p. 288).

Nessa correspondência de Machado para Joaquim Nabuco, que data de 30 de setembro de 1905, percebemos a enorme afetuosidade que o prosador sentia por seu grande amigo:

Quando cá vier tomar um banho de pátria, será recebido nela como merece de todos nós que lhe queremos. Adeus, meu caro Nabuco, continue a lembrar de mim onde quer que o nosso lustre nacional peça a sua presença. Eu não esqueço o amigo a quem vi adolescente, e de quem ainda agora achei uma carta que me avisava o dia em que deveria fundar a Sociedade Abolicionista, na rua Princesa. Vinte e tantos anos! Era o princípio da campanha vencida pouco depois com tanta glória e tão pacificamente”. (MACHADO apud JÚNIOR, 1957, p. 167).

Fica claro, nessa correspondência, que havia diálogos entre os dois sobre a emancipação dos escravos, tendo em vista que seu parceiro era a favor do fim do tráfico de negros e da exploração dessa mão de obra. A pesquisadora Elisângela Aparecida Lopes (2007), em sua tese que tem por título *Homem de seu tempo e de seu país - senhores escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis* discorre sobre a injustiça que o cronista sofre, no que diz respeito à presença do tema da escravidão, e seus desdobramentos em suas narrativas. Sobre esse quesito, ela afirma:

(...) De fato, como é sabido e ficou registrado aqui, houve (e ainda há) uma cobrança por parte de alguns críticos brasileiros quanto à presença do tema escravista e abolicionista na obra do escritor. Cabe ressaltar que tal cobrança, feita por alguns críticos literários, foi responsável por referendar a ideia de que os grandes temas históricos do século XIX estariam ausentes da produção de Machado. A exigência, a que alude o estudioso, só faria sentido se o tema escravo estivesse ausente dos textos do escritor. É óbvio que nenhum escritor tem obrigação de trazer para seus escritos este ou aquele tema. Mas no caso de Machado, tanto a temática escravista quanto as questões relacionadas à inserção do liberto na sociedade encontram-se presentes nos seus escritos. (LOPES, 2007, p. 22).

O jornalista renomado Raimundo Magalhães Júnior (1957), em seu livro *Machado de Assis Desconhecido*, no capítulo em que trata de assuntos relacionados à abolição, retrata a contribuição do autor para a causa dos escravos, e, nesse viés, afirma:

Deu-a, sim, na medida de suas possibilidades, até aonde o seu temperamento o permitia. Seria absurdo, porém, querer que ele fosse, ao mesmo tempo um escritor e um tribuno de rua, como José do Patrocínio, ou um orador de salão como Joaquim Nabuco. Pois se até mesmo Rui Barbosa, que era jovem impetuoso, capaz de grandes rasgos oratórios, e que foi também abolicionista, com todo o fulgor do seu talento e de sua vocação tribunicia, não passou de figura secundária naquele movimento, ofuscado pela ação de Nabuco ou Patrocínio, como e por que exigir de Machado de Assis que ele tivesse sido outro Patrocínio, outro Nabuco? Ele foi Machado de Assis, e isto não é pouco. (JÚNIOR, 1957, p.167).

Ainda de acordo com Júnior (1957), muitos dos críticos e biógrafos, ao acusarem Machado de absentismo, não pesquisaram seu acervo de obras a fundo. Nesse sentido, o jornalista conclui:

Se Machado de Assis tem sido frequentemente acusado de não ter participado dos grandes acontecimentos do seu tempo, é que, dentre os que tais coisas dele dizem, uns não tiveram paciência para pesquisar-lhe minuciosamente a vida e a obra, outros não o estimavam e outros ainda, porque, à falta de ideias próprias, não fazem mais que repetir mecanicamente os primeiros. Criou-se, assim, uma imagem deformada de Machado de Assis, tão deformada que, em verdade, o eminente escritor assumiria, aos nossos olhos, um aspecto monstruoso, talvez mesmo odioso, se realmente fosse como o pintam. (JÚNIOR, 1957, p. 47).

Com quase a mesma opinião, acerca do posicionamento de Machado de Assis frente à questão da liberdade dos negros, a autora Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro, afirma:

Muitas vezes visto como contraditório, Machado era um ser humano vivendo o seu próprio e contraditório país e sua época turbulenta. O fato de ele não ter participado ativamente na campanha abolicionista ou não ter tomado uma posição firme em suas obras a favor dos negros e de seus descendentes certamente o coloca como objeto da crítica dos teóricos da era pós-colonial. Mas esses fatos, associados a tudo que Machado significa na literatura brasileira hoje, apenas reforçam a imagem final que temos da identidade brasileira do século XIX produzida por seu olhar aguçado. A imagem de questões profundas, complexas, não discutidas, delicadas e sempre presentes relacionadas à etnicidade que afligem uma sociedade que não se reconhece como descendente de negros africanos, prenunciando fatos e leituras que iriam surgir com força total no final do século XX. (SALGUEIRO apud ROCHA, 2016, p. 303).

Em suma, Machado de Assis prova, através de sua impecável postura como cidadão brasileiro e escritor excepcional, que ser mulato não limitava sua intelectualidade em nada, e seu ativismo ficou registrado em suas obras.

1.2 Entrelaces da literatura e história em Assis

Constatar e provar com fatos a presença da história da sociedade brasileira nas obras de Assis é um grande desafio. Para tal missão, existem historiadores, críticos literários e sociólogos que, se lançaram a esmiuçar essa questão, e um dos mais notáveis é o sociólogo Raymundo Faoro, que se propôs a examinar as agruras sociais à época de Assis juntamente com suas obras, na produção intitulada *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* de 1976. De acordo com a pesquisadora Mariana da Silva Lima: “Nesse livro, Raymundo Faoro interpretou de maneira original e abrangente as relações entre a obra de Machado de Assis e fatos essenciais da história brasileira. Comentando a tradição crítica de análise histórica da obra de Machado”. (LIMA,2012,p.28).

Nesse texto, o sociólogo se propõe a apurar a tecitura do diálogo estabelecido entre as obras de Assis, no viés literário, e os acontecimentos históricos, se espelhando em conceitos de sua obra consagrada *Os donos do poder*. De acordo com Alfredo Bosi sobre esse dualismo presente no texto, expõe:

Na perspectiva de Raymundo Faoro, o narrador Machado de Assis representa, *na esfera dos indivíduos*, as marchas e contramarchas dos interesses e dos desejos de poder no nível micro-social: entre homem e mulher, entre irmãos, entre amigos, entre famílias. Em outras palavras: a literatura, como mimesis do real, trabalha com o singular, ao passo que a ciência social constrói o tipo que enfeixa características de uma pluralidade de indivíduos. Neste sentido, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* retoma e individualiza *Os donos do poder*. (BOSI, 2004, p. 362).

É perceptível, ao ler Faoro, o constante paralelismo que se transpõe entre crítica literária e as amarras políticas que ornamentavam o império regido por Dom Pedro II. Faoro, através de sua análise, nos possibilita uma releitura das classes sociais que compunham a sociedade através de personagens criados por Assis. Acerca desse ponto Bosi, constata:

Raymundo Faoro não tematiza um enfoque declaradamente hermenêutico. Historiador, sociólogo e cientista político, a sua tarefa prioritária foi a de encontrar, para cada nicho social, a personagem típica que ilustrasse a estrutura piramidal ou trapezoidal da vida pública brasileira. Para perfazer esse desígnio, estudou a ficção de Machado relacionando os seus políticos, distinguindo deputados e senadores, ministeriáveis ou não; passando em revista as figuras da classe proprietária, fazendeiros, capitalistas, rentistas, financistas; detendo-se nos comportamentos dos agregados, dos funcionários, dos empregados, dos operários, dos

escravos; analisando as personagens ligadas ao exército e ao clero; ponderando a influência da nobreza e do Imperador; enfim, mapeando, vertical e horizontalmente, a sociedade espelhada nas obras do mais aguto dos nossos observadores. (BOSI, 2004, p. 364).

Ainda sobre esse aspecto Bosi, afirma:

Tomando por assente a relação geral e constante entre romance e sociedade, pedra de toque do realismo, Raymundo Faoro traçará o mapa da vida política e econômica do Segundo Reinado com os olhos postos em personagens e situações machadianas. Um levantamento exaustivo, de que a exposição seguinte tentará captar apenas as linhas mestras. A construção do livro está representada com nitidez pelas duas figuras geométricas do título: a pirâmide e o trapézio. As figuras, ora superpostas, ora combinadas, constituem o *eixo sincrônico* da tese de Faoro. São a forma do quadro social, tal como se compôs no Segundo Reinado. A *pirâmide* desenha a estrutura vertical das classes. A base larga reporta-se aos homens do trabalho braçal: os escravos, os forros, os pobres em geral, brancos ou mestiços. O vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os seus comissários e os banqueiros. O comerciante escalona-se na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção dos seus cabedais. A pirâmide tem a ver diretamente com a produção e o negócio. Os seus móveis serão a acumulação, o lucro ou o consumo alto – no vértice –; a base será prioritariamente o escravo, secundariamente o trabalhador assalariado. (BOSI, 2004, p. 362-363).

Dado os fatos, Bosi conclui que:

Reler *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* é ser chamado a um diálogo fecundo entre a sociologia e a hermenêutica, a explicação e a compreensão, o quadro e o olhar, o que não desprazeria ao mestre de Raymundo Faoro, aquele Weber que sondou, em toda a sua obra, as intrincadas relações entre o indivíduo e a sociedade. (BOSI, 2004, p. 370).

O crítico Roberto Schwarz (2006), no livro *Ao vencedor as batatas*, 1977, que foca um olhar atento para o “paternalismo” e a sua “racionalização” nos primeiros romances de Assis: *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*. Essa fase literária de Machado dialoga segundo o autor com contextos sociais da época do escrito. Segundo a pesquisadora Lima:

Nesse livro, Schwarz desenha duas ideias fundamentais para a compreensão do país, elaboradas a partir de seu estudo dos primeiros romances de Machado: a primeira diz respeito à comédia ideológica que rege a vida brasileira, resultante da aplicação da ideologia liberal burguesa à nossa realidade escravocrata, e que ele definiu como “as ideias fora do lugar”; a segunda é “um modelo da sociedade brasileira do século passado, simples e talvez por isso

muito iluminador, como dividida entre donos, escravos e os agregados livres, mas dependentes dos favores dos poderosos. (LIMA, 2012, p.28).

Schwarz é um dos escritores que se propõe a compreender como a história da sociedade brasileira transparece nas obras machadianas da primeira fase, em linhas gerais, em sua investigação através da estética, o autor demonstra interesse pela busca da valorização do retrato estrutural da sociedade brasileira, e de como esse dispositivo transparece em sua escrita. Para além disso, a pesquisadora Lima aponta que “Roberto Schwarz quase sempre defende a forma objetiva” (2012). Sobre o que é mais relevante para o autor, Lima, afirma:

Roberto Schwarz quase sempre defende a forma objetiva. A grande contribuição, portanto, do estudo de Roberto Schwarz para a análise da obra machadiana resulta da precisão com que relaciona *forma literária e processo social*. Esse livro mostrou como são complexas e mediadas as relações entre História e Literatura, transformando-se em um dos modelos da crítica dialética brasileira. (LIMA, 2012, p. 29).

Com o norte da pesquisa direcionado para o mesmo macro do crítico acima, claro que, com distinções na profundidade da tese, no que se diz respeito ao teor literário abordado nos textos machadianos e a realidade histórico–social do Brasil, John Gledson, em seu livro *Machado de Assis -Ficção e História* observa que o periodista trata, em seu repertório literário, dois episódios históricos que marcaram a passagem governamental do Brasil Império para o Brasil República. Sobre esse engajamento, no sentido de expor o país sem reservas, Gledson afirma:

Há quase duas décadas que este assunto me fascina. De fato, posso dizer que aprendi história do Brasil com Machado de Assis. Claro que Machado nunca escreveu um livro, um artigo que fosse, de “pura história”, mas nas suas obras de ficção, e nas suas crônicas, há uma profusão de referências à história brasileira que nos dão acesso a um pensamento complexo, sutil, mutável, e que sabia acomodar dúvidas e ironias. (GLEDSON, 2003, p. 293).

De certa forma, o crítico literário, retoma o debate de Faoro e Schwarz sobre o tema supracitado. Contudo, Gledson procurou aprofundar suas pesquisas para além do proposto por Schwarz, visto que, segundo o próprio, seguiria uma abordagem intencionalista, ponto ao qual é bem direto, ao retratar que, “O terreno em que tentei armar minha tenda é diferente dos de Faoro e Schwarz, embora lhes deva muitíssimo, nunca fiz segredo do meu intencionalismo, ou seja, da minha

insistência em tentar saber, deduzir, o que Machado tencionava dizer e fazer na sua obra. (GLEDSON, 2003, p. 296). Cuti (2010), ao analisar a relação “autor versus leitor” conclui que, há uma “intenção” do autor no processo de escrita, ou seja, existe o desejo de dialogar com um possível leitor. No fragmento abaixo o pesquisador disserta acerca dessa questão:

Quando alguém se põe a escrever, não é verdade que escreve para si mesmo. Já no ato da escrita, um leitor ideal vai se formando na mente do escritor, alguém que ele gostaria, intimamente, que lesse o seu texto. As costumeiras dedicatórias são a revelação da ponta do *iceberg* deste leitor concebido no ato da própria escrita, sem que, muitas vezes, o escritor tenha consciência. Isso ocorre porque, ainda que o ato da escrita seja solitário, na maioria das vezes ele enseja o princípio de um grupo: o autor e o leitor. É um ato de comunicação. (CUTI, 2010, p. 27).

Gledson se propõe a analisar os objetos literários de maneira a inspecionar um posicionamento de Assis, ou uma intencionalidade dele, que imagem do Brasil queria retratar através de sua escrita. Sobre o assunto em estudo, de maneira geral, ele procura o verdadeiro Machado. Acerca dessa determinação do tradutor, Lima diferencia Gledson de Schwarz e opina:

Na configuração atual da crítica machadiana, John Gledson é o principal defensor da tese de que se deve ler a obra de Machado buscando-se descobrir as intenções do autor, ao passo que Roberto Schwarz quase sempre defende a forma objetiva – é a dialética de forma literária e processo social que interessa. (LIMA, 2012, p.29).

Para tal, o ensaísta coteja os romances da fase de maturidade de Machado *Casa velha* (1885), *Quincas Borba* (1891), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), bem como crônicas da série *Bons dias!* De acordo com Nicolau Sevcenko, Gledson aponta para um recurso utilizado por Assis, denominado “realismo enganoso”, e acerca desse termo afirma:

A alternativa encontrada por Machado é desvendada pelo crítico através do conceito de realismo enganoso, um procedimento pelo qual o artista, por um lado, representa a realidade através das convenções doutrinárias da estética realista dominante, enquanto, pelo outro, solapa, suspende e compromete todas elas ao mesmo tempo. O resultado não é a ausência ou a negação do referente, mas o desafio para que o leitor o encontre lendo os textos a contrapelo da narrativa, buscando seus lapsos, seus atos falos, suas hesitações, suas referências cifradas e seu substrato histórico. (SEVECENKO apud GLEDSON, 2003, p. 15).

Ainda de acordo com Sevecenko:

Fica claro pelo texto que não se trata de exaltar rebuscamentos ou obscuridades pelo simples jogo dos efeitos, mas pela sua concepção como recursos para “captar a significação multifacial das coisas”, ou seja, na leitura corajosamente ambiciosa de John Gledson, o esforço para aprender e exprimir a singularidade da condição histórica brasileira, engastada entre o lastro sufocante do colonialismo e da escravidão e as promessas inconsistentes da modernidade e do progresso (SEVECENKO apud GLEDSON, 2003, p. 17).

O historiador Sidney Chalhoub, muito conhecido por sua obra *Visões da liberdade: uma história da últimas décadas da escravidão na corte*, 1990, que discorre sobre o período da escravatura e a vida operária de 1850 a 1910. Em sua obra *Machado de Assis Historiador*, 2003, apresenta um título bem sugestivo do caminho que Chalhoub iria delinear em sua pesquisa. Cabe elencar que esse escrito se faz muito importante para a crítica que valoriza, assim como os outros críticos descritos nessa dissertação, a leitura histórica nas obras de Assis. Chalhoub demonstra um grande interesse pela investigação de traços históricos em Assis. No prólogo, o autor deixa claro as suas intenções:

A pesquisa que originou este livro iniciou-se, inadvertidamente, em fins da década de 1980. Redigia, à época, um livro sobre a história da escravidão no Rio imperial. Por acidente de percurso, que já não cabe aqui lembrar, retornei à obra de Machado de Assis enquanto escrevia aquele texto. Viajei então em suas páginas impregnadas do velho Rio, aquela cidade de distinção senhorial, rua do Ouvidor, teatro lírico, folhetins, política, burocracia, finanças e todo o “resto” — escravos, agregados, caixeiros, operários, cortiços, febre amarela, varíola... Como historiador, desde sempre, fora esse “resto” que me interessara. A releitura de Machado, mediada por vários anos de pesquisa sobre a história social do Rio no século XIX, foi dessas experiências intelectuais que não passam, e ainda assim deixam saudade. Surpreso, encontrava naqueles textos exposição detalhada das políticas de dominação social que buscava reconstituir a partir de outras fontes históricas; perplexo, percebia ali muita alegoria e reflexão sistemática sobre a experiência social de escravos, dependentes e outros sujeitos que, dizia-se, não estavam no centro da obra de Machado. Aos poucos, e após outra longa pesquisa — sobre epidemias na Corte imperial — à sombra dos textos machadianos, pareceu-me de bom alvitre deixar de mudar de assunto. (CHALHOUB, 2003, p.1).

Os textos literários de Assis são divididos em capítulos pelo historiador, e as obras, por ele cotejadas, são: *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1899) e o conto *Mariana* (1871). Em relação ao seu estudo, ele relata que, “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX.” (2003, p.12). Logo nas linhas iniciais do primeiro capítulo, Chalhoub explica o que entende sobre a

perspectiva exposta por Schwarz da tecitura da história presente na construção literária da narrativa machadiana:

Na ótica de Schwarz, a obra de Machado é interpretada como um comentário “estrutural”, por assim dizer, sobre a sociedade brasileira do século XIX: o romancista expressa e analisa aspectos essenciais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período. Schwarz procura mesmo explicar a trajetória da obra machadiana como um processo de experimentação e busca de um “dispositivo literário” que “capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra de escrita”. (CHALHOUB, 2003, p. 12)

De acordo com Chalhoub, Gledson dá mais importância à movimentação histórica nos textos de Assis, ou seja, ele expõe um Machado determinado tanto a “interpretar o sentido da história”, quanto a dissimular o ato para ludibriar seu possível leitor e afirma:

Gledson, por outro lado, está mais preocupado em perseguir o movimento da história nos escritos de Machado: o crítico demonstra, num procedimento sistemático de decifração de alusões e alegorias, que o romancista comentou intensamente as transformações sociais e políticas de seu tempo. Se a pena de Gledson revela um Machado empenhado em interpretar o sentido da história, também mostra que tal esforço é acompanhado de um processo não menos intenso de dissimulação e despistamento do leitor, que não raro vê o seu esforço de entendimento solenemente enviado para as calendas gregas. (CHALHOUB, 2003, p.12).

Agora sobre o ponto de vista do próprio Chalhoub, o pesquisador Adeldo Gonçalves, afirma que “(...) Chalhoub traça um perfil da hipócrita elite brasileira que se estabeleceu apoiada sobre o braço do escravo, reproduzindo alguns hilariantes discursos ou diálogos travados no Parlamento a uma época em que o Brasil dava ao mundo o triste espetáculo de representar o último baluarte da escravidão.” (GONÇALVES, 2004, p.1) e, para além disso, Gonçalves pontua:

Chalhoub procurou mostrar, entre outras coisas, que o processo histórico que resultou da lei de 1871 – assim como suas conseqüências – esteve no centro da concepção de romances como “Helena”, “Iaiá Garcia”, “Memórias póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”. Tal processo, segundo o autor, é também o núcleo de sentido no conto “Mariana”. Ao escrever esse conto, porém, diz o historiador, Machado não podia supor que estaria, logo depois, profundamente envolvido na aplicação cotidiana da lei de 28 de setembro. Para o pesquisador, o romancista formou-se (e transformou-se) ao longo da década de 1870 em diálogo constante com a experiência de funcionário público e cidadão. Eis aqui a tese principal de Chalhoub: a experiência histórica de 1871 ajudou a delinear uma nova personagem literária – Machado de Assis. Segundo essa tese, é possível, de fato, investigar as relações entre a experiência do

funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1880, ou entre “Iaiá Garcia” e “Memórias póstumas de Brás Cubas”. (GONÇALVES, 2004, p. 2).

Por fim, observamos através dos estudos dos importantes teóricos a comprovação da presença da história do Brasil na literatura Machadiana, para além do retrato da escravidão. Notamos também todo o aporte do sistema patriarcal, o qual dividia a elite senhorial dos escravos - embutidos nos personagens criados pelo romancista - nos romances, nas crônicas e nos demais gêneros que o cronista se propôs a escrever. Entendemos com isso, que, Assis retratou os mais distintos níveis da sociedade do tempo imperial ao início da república. Dados os fatos, se torna tendencioso o argumento de que não houve a contribuição de fatores externos na escrita de Assis, ou que o autor foi alheio as questões de sua época, se é algo que paira sob sua escrita.

2. ANÁLISES LITERÁRIAS

2.1. Pai contra mãe

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pôde extrair uma dúzia dellas que mereçam sair cá fora. Chama-lhe á minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, idéias, historias, criticas, diálogos, e verás explicados o livro e o titulo. Possivelmente não terão a mesma supposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha (ASSIS, 1906,).

A advertência, escrita pelo autor, nos deixa em alerta sobre a suposição do porquê da seleção de alguns textos nessa obra e a metáfora implícita que tece analogias sobre se, de fato, a casa era a vida do autor e as relíquias, seus textos. Há quem diga que essa casa pode ser o Brasil e as relíquias os instrumentos do sistema governamental. Contudo, essa é mais uma lacuna em aberto, não pontuada por Assis. Essa produção ficcional data de 1906, último livro de contos do bruxo do Cosme Velho. Entendendo que essa é uma obra que pertence à fase madura do literato, como a própria ressalva diz, temos o prosador decidindo expor as relíquias da casa velha.

Inserido nessa coletânea, o conto “Pai Contra Mãe” é um clássico machadiano que tem arrebatado muitos leitores ao desenlaçar dos séculos, devido às várias questões inerentes ao caráter humano, muito bem pontuadas pelo autor nessa narrativa. Ou, até mesmo, por várias lacunas enigmáticas deixadas em aberto para interpretação pessoal do público, de forma atemporal.

Diagnosticando as palavras que compõem o título, Eduardo de Assis Duarte conclui que ele é muito sugestivo e intencional, pois antecipa o embate que será estabelecido no decorrer do desenvolvimento textual.

A tensão sugerida no próprio título do conto aponta para a desagregação do núcleo familiar como metáfora das fraturas sociais que marcam historicamente o país. É só uma visão distanciada, não branca, comprometida com a perspectiva dos subalternos, permite esse enfoque desmascarador e crítico, no qual se evidencia a escravidão como algo nocivo não apenas aos africanos e seus descendentes, mas a toda sociedade (DUARTE, 2009, p.272-273).

O foco na desarrumação das classes sociais do Brasil não poderia faltar em uma boa obra do autor de *Dom Casmurro*, resultando, quase sempre, na relação de seus personagens que simbolizam homem *versus* sociedade, em comunhão com os sentimentos “bons” ou “maus” que afloram os desejos, algo muito comum para humanidade.

Nesse sentido, as criações machadianas são elementares e singulares, em seu fazer estético e funções dentro do *corpus* textual. O autor Antônio Candido de Melo e Souza, em seu livro *A personagem*, apura a tecitura que faz parte do processo de construção dos personagens e características dos mesmos, expondo as obras de uma diversidade de autores e demarcando as linearidades. Porém, quando se reporta a Assis, o crítico nota uma particularidade nos personagens criados à base da verossimilhança. Nesse sentido, Candido afirma:

Ao lado de tais tipos de personagens, cuja origem pode ser traçada mais ou menos na realidade, é preciso assinalar aquelas cujas raízes desapareceram de tal modo na personalidade fictícia resultante, que, ou não têm qualquer modelo consciente, ou os elementos eventualmente tomados à realidade não podem ser traçados pelo próprio autor. Em tais casos, as personagens obedecem a uma certa concepção de homem, a um intuito simbólico a um impulso indefinível ou quaisquer outros estímulos de base, que o autor corporifica, de maneira a supormos uma espécie de arquétipo que, embora nutrido da experiência de vida e da observação, é mais interior do que exterior. Seria o caso das personagens de Machado de Assis (salvo, talvez as d'O Memorial de Aires), – em geral homens feridos pela realidade e a encarando-a com desencanto (SOUZA, 1972, p.73).

Machado de Assis é muito famoso por confundir seus leitores por meio das particularidades retratadas das personalidades de seus personagens que, como mencionado por Candido, são criações que são afetadas pela crueza da realidade. Nesses moldes, direcionando o olhar para a figuração do negro na ficção, como personagem na literatura brasileira, Eduardo Duarte, em seu artigo “O negro na literatura brasileira”, apura:

Enquanto personagem, o negro ocupa um lugar menor na literatura brasileira. Na prosa é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de coadjuvante ou, mais acentuadamente no

caso dos homens, de vilão. E isto desde os começos da produção letrada no país (DUARTE, 2013, p.147).

Em uma linha subsequente, com o raciocínio de Duarte, quando se busca, na própria história da literatura nacional, a presença do personagem negro, nos deparamos com uma grande escassez de escritores que escreveram sobre o tema ou deram voz e protagonismo à figura do negro como personagem, ou seja, como se fosse um apagamento de um pertencimento étnico, que é fruto da mestiçagem brasileira. Os estudos na área ainda são pouquíssimos. Duarte, compreendendo essas rupturas no seio da literatura, relata essas desproporções:

No arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presente na memória de leitores. Sendo o Brasil uma nação multiétnica de maioria afrodescendente, tal fato não deixa de intrigar e suscitar hipóteses em busca de seus contornos e motivações (DUARTE, 2013, p.146).

O professor Domício Proença Júnior Filho, efetiva uma imersão nos estudos do trajeto da figura do negro na ficção brasileira, com uma bifurcação que estuda o negro como “objeto”, no caso, como personagem, e o “negro como sujeito”, no sentido autoral (FILHO, 2004, p.161). O que Domício inspeciona são as produções escritas afro-brasileiras no decorrer dos séculos. Um fato importante é que ele nota o mesmo apagamento exposto por Duarte, ou seja, a falta da pluralidade da temática afro-brasileira no panorama literário, que, quando citada, quase sempre está inserida em conceitos voltados para a depreciação. Ou seja, os recortes desses personagens negros desvelam a depreciação e a desvalorização da matéria negra.

A presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade. Evidenciam-se na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada (FILHO, 2004, p.161).

Duarte compreende que essa carência da valorização do personagem negro se faz por causa de um “mecanismo sociológico”, que entende a arte como um revérbero do contexto histórico-social brasileiro (2013, p.143). Ou seja, essa hipótese se apoia no fato de historicamente os negros africanos serem trazidos de seus respectivos países para o serviço escravo e não serem observados pelo colonizador como semelhantes, porém, como peça de uma máquina de produção para gerar lucros. De algum modo essas marcas se atrelaram à cultura brasileira de forma negativa, inferiorizando esses

indivíduos. Essas reverberações da sociedade patriarcal se coligam à ideologia do “Eurocentrismo”, que se fez presente no Brasil por muito tempo, essa miscelânea de ideias que apontava para “O branco Europeu” como centro, corroborando de modo a negatizar a imagem do negro.

Compreendendo esses apontamentos, observamos que o texto em questão traz, em seu eixo principal, a escravidão em primeiro plano, com todos os aparatos provenientes dessa forma governamental. Segundo Duarte, em “*Pai contra mãe*”, “A escravidão é tratada em seu âmago, vista enquanto relação sobretudo agonística em seus diversos aspectos” (2009, p.270).

No decorrer do enredo, o narrador onisciente nos relata a história do personagem Cândido Neves e os reflexos das escolhas dele como consequência que promove a tragédia. Cândido possuía grandes dificuldades em conseguir ocupar uma profissão que lhe cativasse; nenhuma, das muitas que tentara, não o arrebatava. Então decidiu por seguir a mais sombria de todas, a de caçador de escravos. Nesse sentido, Duarte tece considerações sobre as características da personalidade do personagem.

Cândido na figura do homem branco constituído pelo pensamento que rebaixa e desvaloriza o trabalho, sobretudo manual, não se apegando a nenhuma profissão. Desta forma, capturar escravos fugidos tem para ele um “encanto novo”, liberando-o da rotina dos balcões, do enfado dos escritórios e oficinas (DUARTE, 2009, p.271-272).

É notório, à luz do enredo, a incidência da fuga dos negros escravos. Para tal, Duarte afirma que “A fuga, gesto de afirmação do sujeito em busca da precária liberdade, opõe o escravo tanto a seu senhor quanto ao malungo que prefere a senzala ao risco da captura e dos castigos”(2009, p.270-271). Esse pensamento se torna esclarecedor, no sentido de evocar uma suposta resistência dos escravos aos grilhões, através do escape. Em reflexo a isso, os proprietários deles não ficavam nada satisfeitos com a perda de seu produto e logo traçavam estratégias para tê-los de volta. A opção que encontravam era fazer anúncios com as características de suas propriedades. Nesse fragmento, podemos analisar esse fato:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lh'o levasse. Punha annuncios nas folhas publicas, com os signaes do fugido, o nome, a roupa, o defeito physico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-ha generosamente[...]” (ASSIS, 1906, p.4).

Para o resgate das tais propriedades, eram convocados os caçadores de escravos, denominados popularmente “capitães do mato”, para uma espécie de prestação de serviços, a captura dos fugitivos. Em suma, após a conclusão da tarefa, ocorreria a troca da matéria humana pelo dinheiro. Ou seja, ainda que essa atividade informal não fosse digna de honra e mérito, ainda atraía alguns mercenários, devido à remuneração ofertada no folheto.

Para além disso, notamos a presença da ironia nesses primeiros parágrafos, elucidando pontos específicos da narrativa, tornando-a subjetiva, à medida da propagação da leitura. Tratando especificamente do texto machadiano, Antônio Candido, no livro *Esquema de Machado de Assis*, disserta sobre a narrativa machadiana sob o vértice do recurso da ironia “[...] E o mais picante é o estilo guindado, é algo precioso com que trabalha, e que, se de um lado pode parecer academicismo, de outro, sem dúvida, parece uma forma sutil de negaceio, como se o narrador estivesse rindo um pouco do leitor” (2008, p.117).

Ainda que de forma sutil, Machado promove um diálogo com a história do Brasil Império e a gestão escravocrata. Podemos compreender esse fato quando o contista elenca os instrumentos de tortura, comum ao sistema patriarcal, nas primeiras linhas do conto. O narrador onisciente relata o quão medonhos eram esses aparelhos de punição, pois os escravos eram penalizados com esses instrumentos, caso desafiassem ou se insubordinassem às ordens de seu dono. Nesse fragmento, o narrador ilustra as características desses objetos de repreensão:

A escravidão levou consigo officios e aparelhos, como terá succedido a outras instituições sociaes. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo officio. Um delles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a mascara de folha de Flandres. A mascara fazia perder o vicio da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a bocca. Tinha só tres buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atraz da cabeça por um cadeado. Com o vicio de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vintens do senhor que elles tiravam com que matar a sêde, e ahi ficavam dous peccados extinctos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal mascara, mas a ordem social, e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, á venda, na porta das lojas (ASSIS, 1906, p.3).

O dilema do então apelidado Candinho se inicia após casar-se com Clara e a mesma engravidar. O rapaz não possuía uma boa condição financeira e, por conseguinte, sua esposa Clara e a tia dela, Mônica, de igual modo não eram ricas. Podemos comprovar isso quando o narrador expõe suas atividades laborais: “Contava trinta annos, Clara vinte e dous. Ella era orphã, morava com uma tia, Monica, e cosia com ella” (ASSIS, 1906, p.6). A problemática se instaura a partir das necessidades sociais dessa tríade de personagens. Duarte analisa a família correlatada e percebe o funcionamento dela, no enredo, como um dos espólios da Casa Grande. Nesse sentido, afirma:

Cândido Neves, a esposa e a tia-sogra Mônica compõem o desenho em miniatura de uma espécie de lumpezinato urbano alimentado pelas sobras e favores da classe proprietária e submetido às suas necessidades no momento de fazer serviços sujos como o de capturar negros fugidos. Os nomes com que o texto designa o protagonista e sua companheira indicam a inserção dos personagens no *status quo* marcado pela hegemonia do discurso senhorial, que reduzia o escravizado a mercadoria, e sobrepunha na prática o direito de propriedade ao da liberdade (DUARTE, 2009, p.271).

Após Clara dar à luz o tão sonhado filho, Cândido se sente pressionado por não ter como sustentar mais um membro que acabara de chegar à família. A tia Mônica oferece uma solução que seria deixar a criança na roda dos enjeitados (ASSIS, 1906, p.13). Porém, a caminho de entregar a sua herança genética à orfandade, se depara com um folheto que lhe devolve a esperança à alma. Assim, se coloca frente a um grande embate: escolher entre salvar o próprio filho ou salvar uma criança que ainda nem havia nascido, de uma escrava fugida (ASSIS, 1906, p.14-15). A decisão que Cândido toma é totalmente egocêntrica, pensando somente em seu próprio filho. Entrega a escrava grávida, mesmo sabendo que o fim para ela e o fruto de seu ventre seria trágico. O cruel se instaura na opção escolhida pelo personagem, que enxerga na captura da pobre escrava a possibilidade de livrar o seu amado filho da roda dos enjeitados.

A crueldade carimbada na atitude de Candinho é um artifício usado propositalmente, pois o autor constrói, a partir de uma escritura irônica e sarcástica, um paralelo com a questão da desumanização do negro. Machado só coloca em evidência uma temática muito comum para a época, em que todos, de alguma forma, eram objetos do sistema escravagista, e não havia esforço, das partes envolvidas, para que estes saíssem daquele ciclo vicioso.

Machado concede às suas personagens negras a possibilidade do diálogo, ainda que seja para exprimir suas dores e seus fracassos. O autor, através dessa exposição, permite que as mulheres negras representadas em suas obras exerçam sua humanidade, tão negada pelos senhores da casa grande. Sobre a presença da mulher negra na ficção de Assis, Duarte afirma:

Os dramas machadianos referem-se a mulheres tratadas como objetos sexuais que, no entanto, ascendem a condição de sujeitos de suas vidas, nem que seja para buscar o suicídio. E abordam também a forma como o desprezo dos senhores e seus herdeiros é despejado sobre as ilusões das jovens escravizadas (DUARTE, 2009, p.267).

Em meio a todo esse sofrimento exposto nas personagens fictícias, e por causa dos efeitos da escravidão impostos a elas juntamente com as mazelas que as acompanhavam, a tragédia é quase inevitável e alcança o leitor através da catarse. Esta é exposta de maneira a provocar e a despertar as suas emoções por meio da reflexão. Aristóteles (1993, p. 37) disserta sobre a catarse. Segundo ele, ela suscita “o terror e a piedade e tem, por efeito, a purificação dessas emoções”. Levando em consideração que os escritos machadianos são atemporais, por terem, em sua base narrativa, sentimentos universais inerentes ao ser humano, é quase impossível um leitor não realizar uma leitura histórica a partir dos dados textuais. Estes dados nos remetem às chagas de um passado brasileiro, que se deseja esquecer. Sobre a tragédia, o filósofo Arthur Schopenhauer afirma:

É o antagonismo da vontade consigo mesma que entra em cena aqui [na tragédia], desdobrado da maneira mais completa, com todo o pavor desse conflito, no mais alto grau de sua objetividade [objektität]. Esse antagonismo torna-se visível no sofrimento da humanidade que é produzido, em parte pelo acaso e pelo erro, que aparecem como dominadores do mundo, personificados como o destino em sua perfídia, quase com uma aparência de uma vontade deliberada. Por outro lado, esse antagonismo também é produzido pela própria humanidade, pelo entrecruzamento dos esforços voluntários dos indivíduos, por meio da maldade e da tolice da maioria. É uma única vontade que vive e aparece em todos eles, mas as suas manifestações lutam entre si e se despedaçam mutuamente. [...] Tudo o que é Trágico, não importa a forma como apareça, recebe o seu característico impulso para o sublime [...]. (SCHOPENHAUER apud SZONDI, 2004, p.52).

De acordo com Peter Szondi, “A conclusão é que essa dialética trágica da vontade não se encontra no espaço temático da tragédia, mas surge apenas por meio de seu efeito sobre os espectadores e leitores: no conhecimento que comunica” (SZONDI, 2004, p.53). Desta feita, é incrível a maneira como o receptor é atingido pelo desfecho das histórias, principalmente diante da morte de pessoas inocentes, coisificadas pelo capitalismo.

No presente conto, pode-se pontuar a forma expressa do delinear da negra ficcional de Machado de Assis, além da estrutura textual direta e do cenário de extrema pobreza, que tornavam tanto Cândido quanto a Arminda, a negra que foi capturada, objetos de uma mesma e desajustada balança social, ou seja, dois personagens pobres que duelam pela vida; a negra, porém, representada por uma questão étnica, de cor, classificada inferiormente ao branco que não é abastado. Duarte (2009), refletindo sobre esse desequilíbrio, pontua: “O realismo do conto desvela o caráter sistêmico da violência instalada na sociedade, que a uns submete pela escravidão e a outros pela pobreza” (DUARTE, 2009, p.272).

Segundo Duarte, há uma chamada “violência da dominação racial”, que percorre todo o conto, e uma pretensão de Assis de compactuar com o “não apagamento da memória da escravidão”, memória essa que, no conto, durante a captura de Arminda, o narrador declara “Rua da ajuda”, “Rua do parto”, fazendo ecoar os grandes martírios que a escravidão deixou como legado. O parecer de Duarte sobre o domínio racial se faz compreender nesse fragmento:

Ao multiplicar-se, a rebeldia negra faz surgir uma ocupação para o exército de reserva composto por homens livres, pobres e desocupados: o “ofício” de capitão do mato urbano. A partir desta constatação, o escritor monta o tenso xadrez de seu drama e, com habilidade dos grandes mestres, traz o branco desvalido para o centro da ação. Ao fazê-lo, amplia sobremaneira a complexidade e o alcance social do enredo. Supera a dicotomia que reduz a questão à luta entre cativos e senhores (DUARTE, 2009, p.271).

2.2 O caso da vara

Montaigne explica pelo seu modo delle a variedade d'este livro. Não ha que repetir a mesma ideia, nem qualquer outro lhe daria a graça da expressão que vae por epigraphe. O que importa unicamente é dizer a origem destas paginas. Umas são contos e novellas, figuras que vi ou imaginei, ou simples ideias que me deu na cabeça reduzir a linguagem. Sairam primeiro nas folhas volantes do jornalismo, em data diversa, e foram escolhidas d'entre muitas, por achar que ainda agora possam interessar. Tambem vae aqui *Tu só, tu, puro amor...* comedia escripta para as festas centenarias de Camões, e representada por essa occasião. Tiraram-se della cem exemplares numerados que se distribuiram por algumas estantes e bibliothecas. Uma analyse da correspondencia de Renan com sua irmã Henriqueta, e um debuxo do nosso antigo senado foram dados na Revista Brasileira, tão brilhantemente dirigida pelo meu illustre e prezado amigo José Verissimo. Sae também um pequeno discurso, lido quando se lançou a primeira pedra da estatua de Alencar. Emfim, alguns retalhos de cinco annos de chronica na *Gazeta de Noticias* que me pareceram não destoar do livro, seja porque o objecto não passasse inteiramente, seja porque o aspecto que lhe achei ainda agora me fale ao espirito. Tudo é pretexto para recolher folhas amigas (ASSIS, 1899, p.1).

Com esse prefácio muito instigante, Machado de Assis abre a coletânea intitulada *Páginas Recolhidas*, que foi lançada em 1899, publicada por B.L Garnier. Podemos, de imediato, apontar um diferencial: essa junção de textos é o primeiro livro de miscelânea do contista, as narrativas dessa seleção apresentam uma vasta variedade de gênero, porém, foi muito pouco comentado pela crítica. José Verissimo é um dos poucos críticos que comentaram sobre essas *Páginas Recolhidas*, e seu olhar sobre o estilo apresentado nos parágrafos pelo autor foi:

O novo livro do Sr. Machado de Assis é uma colecção de artigos diversos, na qual predominam entretanto as obras da imaginação. Estando, ao que parece, o seu editor resolvido a dar-nos a obra completa do mestre da nossa literatura contemporanea, seria porventura occasião de lembrar que nessa obra há matéria para dois livros mais, um de theatro, outro de critica (VERÍSSIMO, 1899, p.372).

Nessa obra, o tema da escravidão surge nas linhas do conto “O caso da vara”, que traz em seu próprio título a citação de um instrumento de repreensão, que é a vara, fazendo uma referência ao próprio assunto do texto, que vai perpassar o sistema escravocrata. Fomentando mais ainda essa correlação dos fatos, no primeiro parágrafo é apontado que os acontecimentos tinham data anterior ao ano de 1850, hipótese essa que nos direciona a uma inspeção nos registros históricos do Brasil, que na época citada era regido pelo Imperador Dom Pedro II de maneira monárquica. No início do escrito, o narrador nos apresenta Damião, que é o personagem principal, e percebemos, através da exposição da história, que o mesmo passa por uma situação muito difícil. Logo após desistir do seminário, opta por se esconder na casa da Sinhá Rita, que é amante de seu padrinho, afim de que ela interceda para livrá-lo de ser padre. Nesse fragmento, conseguimos constatar a angústia do seminarista:

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refugio nem conselho; percorreu de memoria as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou: — Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ella manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim... (ASSIS, 1899, p.4)

Na casa de sua intercessora, Damião tece estratégias para se livrar de vez do seminário, devido ao medo de ir à casa do seu pai e ser castigado e forçado a retornar à igreja. O personagem faz da casa de Sinhá Rita o seu refúgio. Porém, ao desenlaçar das horas, começou a se distrair com a dona da casa e suas criadas que bordavam. A pequena Lucrecia, de apenas 11 anos, cria da Sinhá, parou o serviço para rir de uma anedota contada pelo rapaz e foi automaticamente repreendida pela sua senhora, como aparece nesse recorte: “– Lucrecia, olha a vara! A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse prompta, Lucrecia receberia o castigo do costume” (ASSIS, 1899, p.7). Essa atitude contra a pobre escrava torna-se um recurso do autor para revelar como era comum e severo o trabalho escravo infantil, pois as crianças negras escravizadas perdiam toda sua infância, presa aos grilhões da escravidão. A respeito desse pensamento, Duarte afirma:

Porém, as marcas da tortura não deixam de caracterizar como sádico o rigor imperial da sinhá, nem de realçar a dureza das condições de vida e de trabalho da criança escrava. Este surge nomeada pelos signos de apequenamento e fragilidade do fisico, que convivem, entretanto, com a leveza de espírito que a faz rir e se divertir com a situação do jovem e com as anedotas que ouvem (DUARTE, 2009, p.268).

Vendo a situação da pequena escrava, o moço sente compaixão pela menina e decide ser o padrinho dela. Isso porque ele percebeu que a criança não tinha culpa por apenas sorrir de uma piada contada por ele. Pensou consigo que, caso ela não terminasse a tarefa, ele a defenderia (ASSIS, 1899, p.7). Desse modo, percebemos que o lado humano de Damião aflora, com o sentimento de piedade pela pequena menina, não a vendo como um utensílio, mas como ser humano.

Seguindo o fluxo narrativo, percebemos que o jovem rapaz apela para Sinhá Rita, para que ela faça uma ponte de comunicação que se estenda entre ele, o padrinho João Carneiro e seu pai, sustentando o fio da esperança, para que a questão do seminário fosse de vez sanada. Isso para ele era algo emergencial. A madame, percebendo a fragilidade do rapaz, decide apoiá-lo e, através de chantagens, consegue desarticular e oferecer-lhe uma possibilidade de conseguir resolver aquele problema.

Em suma, depois do grande tempo de espera e desespero do padre, Sinhá Rita consegue mais um dia de expectativa para o pobre Damião. Porém, ao chegar da noite, quando vai ver se as atividades atribuídas as suas escravas estavam terminadas, tem uma surpresa, Lucrecia não havia acabado e é duramente repreendida pela sua dona. Nesse diálogo, conseguimos notar a severidade na forma de falar da Sinhá “– Ah! Malandra. – Nanhã, nanhã! Pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu. – Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!” (ASSIS, 1899, p.13). A conversa entre a escrava e sua proprietária ergue a completa fragilidade do negro frente ao regime patriarcal. Nessa vertente, Duarte pontua:

A condição submissa do negro emerge em toda sua crueza. O fato de estar no espaço urbano, privar de certa intimidade inerente à convivência doméstica ou, ainda, de ser criança e do sexo feminino, em nada atenua o rigor do tratamento que lhe é dispensado. No conto, tais fatores surgem justamente para realçar esse vigor, dando assim a medida da perspectiva autoral, empenhada em deixar inscritas na ficção as marcas históricas da existência escravizada. E, mais uma vez, a insensibilidade e hipocrisia dos brancos fica ressaltada (DUARTE, 2009, p.269).

O pesquisador Maurício dos Santos Gomes, em seu artigo “O caso da vara: farsa e tragédia no alvorecer da república”, enxerga, na personagem machadiana Lucrecia, um diálogo implícito com a Lucrecia de Roma, descrita no poema com o título “The Rape of Lucrece” (1594), do autor inglês William Shakespeare. Pois, na romana, ele notou a representação da transição, em um momento político, de uma forma de governo para outra, algo que o estudioso insinua que tenha acontecido, ainda que com menos intensidade, no conto brasileiro, demarcando também a passagem da monarquia para república no Brasil, ainda que distintos em diversos aspectos, inclusive temporal.

A personagem machadiana nos remete à da Antiguidade. A remissão inevitavelmente nos faz compará-las. A Lucrecia romana, vítima do arbítrio, defende a castidade com o suicídio, mas não sem antes clamar ao marido por vingança. A vendeta, pessoal e doméstica, tem efeitos políticos imediatos: o fim da monarquia e a instauração da república em Roma. A Lucrecia brasileira, por sua vez, sofre a injustiça sem ter quem a ampare. Damião, a quem a menina recorre, está comprometido com sua algoz, sinhá Rita. Não há vingança, tampouco gestos heroicos de abnegação ou ruptura (GOMES, 2017, p. 120).

Em vias finais do conto, resta a Damião escolher entre duas opções, e esse momento de reflexão cria uma certa tensão no enredo. As opções que o personagem central tem são: não dar a vara que Sinhá Rita está lhe solicitando e correr os riscos das consequências após o ato ou dar a vara a sua benfeitora e romper com a promessa que ele fez para si próprio de salvar a inocente criança. Por fim, ele escolhe salvar-se. Percebemos, nesse trecho, o fechar de olhos do ex-seminarista, para a situação. “Damião sentiu-se compungido; mas elle precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita” (ASSIS, 1899, p.14).

Fica claro a contradição de desejos do rapaz que, pela moral, se apieda, mas, pelo individualismo, entrega o outro ao castigo. Investigando esse veio, a pesquisadora Mailde Jerônimo Trípoli, em sua tese “Imagens, máscaras e mitos – O negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis”, relata que reside nessa configuração uma pista de Assis, que abre uma lacuna para o questionamento da dialética da colonização.

Numa atitude não panfletária, mas mordaz, o escritor arranha o mito da superioridade branca, apontando-lhe as fraquezas, ironizando e ridicularizando as atitudes ambíguas, as ideias deslocadas. E faz isto a partir da imagem do outro que, nessa situação, legitima-se enquanto sujeito, ainda que submetido a uma dominação cruel, injusta e ilegítima (TRÍPOLI, 1997, p.158).

2.3. A cor local em *Americanas*.

Americanas, terceiro livro de poesia, publicado por Machado de Assis em 1875, editado por B.L Garnier, apresenta em sua coletânea poemas dispare, no que diz respeito à tradição vigente, para a data de lançamento. Compreendendo que as escolas literárias traçavam um determinado modelo a ser seguido, quando comparamos traços pertinentes à estética literária de *Americanas* com outros dois livros de poesia que lançou anteriormente, na sequência cronológica, os títulos: *Crisálidas* (1864) e *Falenas* (1870). Notamos uma grande diferença pois, em *Americanas*, é apontado o resgate de alguns pontos característicos específicos do romantismo, que até então ainda não haviam aparecido em sua poética da maneira desejada pela crítica.

Um dos rastros perceptíveis que se ligam à escola literária supracitada é a temática do indígena. O poeta não economiza em seus versos em prosa, colocando em suas linhas as características culturais dos aborígenes, com demasiada expressividade nos poemas dessa coletânea. O resgate do indianismo é algo até então inédito para o acervo de produções do escritor, que termina por tornar essa obra singular e enigmática ao olhar de muitos estudiosos, que iniciam na sua época e se prolongam até o presente século.

A justificativa do autor, para o considerado “atraso” na inclusão desses traços românticos, em particular em *Americanas*, aparece como uma advertência feita no póstico da primeira edição dessa coletânea. Machado explicita seu parecer sobre conceitos bases e primordiais que não podem ser

esquecidos no fazer poético, como delineações pertencentes ao belo, traçadas pela tradição e que atendem a requisitos da arte; porém, para ele, “o essencial é a alma do homem”.

Algum tempo, foi opinião que a poesia brasileira devia estar toda, ou quase toda, no elemento indígena. Veio a reação, e adversários não menos competentes que sinceros, absolutamente o excluíram do programa da literatura nacional. São opiniões extremas, que, pelo menos, me parecem discutíveis. Direi somente que, em meu entender, tudo pertence à invenção poética, uma vez que traga os caracteres do belo e possa satisfazer as condições da arte. Ora, a índole e os costumes dos nossos aborígenes estão muita vez nesse caso; não é preciso mais para que o poeta lhes dê a vida da inspiração. A generosidade, a constância, o valor, a piedade hão de ser sempre elementos da arte. O exterior muda: a sandália de Calipso é um primor de arte que não achamos nos pés nus de Lindóia. Esta é, porém, a parte inferior da poesia, a parte acessória. O essencial é a alma do homem (ASSIS apud ROCHA, 2016, p.691-692).

Em outro ângulo, podemos esquadrihar com mais precisão as características marcantes do romantismo, que fazem diálogos com *Americanas*. Com esse olhar mais atento, descobrimos a elucidação do termo cor local, que se consolida no supracitado movimento. E surge em um primeiro momento nos estudos literários, em uma transposição da arte para literatura, a princípio na obra da baronesa francesa Madame Stael, com o título: *Da Literatura* (1800), e chega ao território brasileiro por intermédio dos estudos de Ferdinand Denis e Almeida Garrett.

Esmiuçando o termo de cor local, em estudos românticos brasileiros, percebemos que está ligado ao nacionalismo literário e à adoção dessa estética por uma grande porcentagem dos escritores brasileiros. Contudo, Machado não concordava com essa diretriz, pois acreditava que, se coligando a esse veio, limitaria a literatura a um determinado tema. Em suma, o autor cogitava que a pluralidade de assuntos desenvolvidos nos textos não tornava a literatura menor, tampouco menos nacional. Podemos interpretar, a partir desse raciocínio, que o cronista queria uma literatura que tratasse tanto das questões nacionais como também universais. Essa análise fica clara com o escrito do autor, a seguir:

Há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis. Com as boas qualidades que cada um pode reconhecer na recente escola de que falo, basta a ação do tempo, e se entretanto aparecesse uma grande vocação poética, que se fizesse reformadora, é fora de dúvida que os bons elementos entrariam em melhor caminho, e à poesia nacional restariam as tradições do período romântico (ASSIS, 1992, p.807).

Ainda sobre esse apontamento, Machado redige mais algumas linhas:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS apud ROCHA, 2016, p.710).

Para além disso, outro veio exposto que se coliga com o tema anterior, em particular nessa obra, são os caracteres pertencentes ao nacionalismo, recurso esse que grande parte da crítica renega a presença na produção intelectual machadiana; porém, há uma exceção nessa coletânea. Quando examinamos esse viés, esbarramos no conceito geral dessa ramificação, que aponta para o grande interesse dos autores do século XIX de promover impresso aos seus escritos a construção de uma identidade nacional. Conseguimos verificar esse engajamento a partir das obras dos intelectuais pertencentes ao movimento literário do Romantismo.

Na época, teciam-se muitas considerações acerca do espírito nacional, que é o terceiro elemento a se unir aos outros abordados nesse texto. Observando que a ideia da cor local, o nacionalismo e o espírito literário eram os grandes estandartes do coração dos literatos românticos, percebemos que, automaticamente, esses fatores marcaram as obras da geração e se tornaram modelo do que era considerado uma literatura dentro das normas. Contudo, Machado de Assis, excepcionalmente nesse fragmento, disserta sobre sua percepção acerca dessas questões, através da exposição do fazer estético do Romantismo e a abertura para novas tendências estilísticas. E também expõe a relação entre essa tradição e a nova tendência. Visto que o poeta transitou entre dois movimentos literários, compreendemos que possuía entendimentos sobre essas tradições. A esse respeito, o pesquisador Silva declara:

A literatura Brasileira, na época da plena afirmação do espírito da nacionalidade, e sob influência das ideias do Romantismo nas décadas de 1830 a 1870, e das ideias do Realismo – Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo nas décadas do final do século, se expandia de formas diversas e em várias direções. Os autores que ingressavam na vida literária já contavam com inúmeros periódicos para leitura ou para neles colaborarem (SILVA, 2014, p.328).

A despeito dessa consideração, Machado pontua:

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. Gonçalves Dias, por exemplo, com poesias próprias seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos Os Timbiras, os outros poemas americanos, e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente

cantam; e excluo daí as belas Sextilhas de Frei Antão, que essas pertencem unicamente à literatura portuguesa, não só pelo assunto que o poeta extraiu dos historiadores lusitanos, mas até pelo estilo que ele habilmente fez antiquado. O mesmo acontece com os seus dramas, nenhum dos quais tem por teatro o Brasil. Iria longe se tivesse de citar outros exemplos de casa, e não acabaria se fosse necessário recorrer aos estranhos. Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa, perguntarei simplesmente se o autor do *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julietta* e *Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês (ASSIS, 1962, p.803).

Em 2016, foi publicado o livro *Machado de Assis lido e relido*, sob organização de João Cezar de Castro Rocha. Em meio a muitos artigos selecionados pelo organizador, encontra-se um texto do pesquisador José Luiz Jobim com o título “Machado de Assis e o nacionalismo: o caso das *Americanas*”, que desdobra muitos paradigmas sobre o fazer estético, que giram entorno de *Americanas*. E desmistifica, através das argumentações estendidas ao longo do texto, o principal ponto de tensão, o indianismo, pois, de acordo com ele, Machado retoma essa tradição cultural que faz parte da raiz do nacionalismo na literatura brasileira (2016, p.723). Segundo Jobim, “As americanas são um legítimo descendente do Indianismo, esta vertente do Romantismo que até hoje é vista como exemplo destacado do nacionalismo romântico no Brasil” (JOBIM apud ROCHA, 2016, p.718).

O jornalista José Veríssimo discorre, com muita delicadeza, sobre o não aprisionamento de Machado a uma determinada tradição literária, porém ressalta que o mesmo soube fazer pontes com ambas as tradições. Nesse fragmento, o pesquisador insere:

Como poeta, não foi propriamente romântico, nem propriamente parnasiano, nem propriamente naturalista, e foi simultaneamente tudo isto junto. A cada tendência artística, a cada forma estética, colheu discretamente das flores de beleza que produziram a que se casava com o seu temperamento, ousou-lhe sobriamente o perfume, obtendo da sua mistura um novo aroma, delicado e modesto (VERÍSSIMO, 1977, p.55).

2.4. A ferocidade dicotômica da natureza em “Sabina”

O poema “Sabina”, de 1875, composto por 249 versos, traz em sua narrativa a história de uma mucama, de vinte anos, com o nome de mesmo título do texto. O interessante nome escolhido por Machado de Assis para a musa não é algo aleatório ou sem propósito, existe uma historicidade implícita. Nesse sentido, Duarte explica que “O nome da personagem remete à lenda das sabinas, mulheres de uma primitiva comunidade italiana raptadas pelos romanos nos começos da fundação da cidade e vítimas de violência sexual” (2009, p.15). Seria uma forma de o poeta, de certo modo, aludir

e antecipar as problemáticas relacionadas à violência contra a mulher negra, que estariam por vir nas próximas linhas? Acreditamos que sim.

Na primeira estrofe do texto, vemos a descrição de Sabina, uma linda escrava que se apaixona pelo Senhor moço, conhecido como Otávio, que possuía a mesma idade dela, cursava a academia e era filho do dono da propriedade, ao qual Sabina servia. A escrava termina por se relacionar sentimentalmente com ele, envolvimento este que a deixou ainda mais apaixonada pelo rapaz (ASSIS, 1875, p.160).

Notamos que o local em que se desenvolve toda a trama é uma herdade, provavelmente de proprietários de terras, lugar esse que o narrador adjectiva de “roça”, ou seja, ambiente rural. Quando o moço retorna de viagem, sai para caçar sozinho. Nesse fragmento, Otávio está a caminho de encontrar Sabina, sem ter a mínima ideia disso:

[...] Chapeo de palha,
E arma ao hombro, lá foi terreiro a fóra,
Passarinhar no matto. Ia costeando
O arvoredado que além beirava o rio
A passo curto, e o pensamento á larga
Como leve andorinha que sahisse
Do ninho, a respirar o hausto primeiro
Da manhã!¹

É importante ressaltar que todo o processo de aproximação dos dois acontece em meio à natureza. Podemos observar como o autor retrata os elementos naturais na estrutura textual, em contextos distintos: às vezes, compondo as cenas de modo a emoldurar os acontecimentos, positivos ou negativos; outras vezes, como passivo aos acontecimentos.

O início e o fim do enlace amoroso são demarcados por uma deslumbrante paisagem. Esse trecho marca o primeiro encontro entre a mulata e o rapaz, em que o rio desvela, para o moço, a vista de uma bela escrava se banhando em seu interior.

Pela aberta da folhagem,
Que inda não doura o sol,
Uma figura deliciosa
Um busto sôbre as ondas

¹ ASSIS, Machado de, *Americanas*, p.163.

Suspende o caçador²

Nota-se o descobrimento da moça pelo agora caçador, através das folhas verdes. Ao vê-la ao rio, surge o desabrochar do interesse pelos atributos da jovem. Nesta outra estrofe, novamente o rio tem função significativa na história amorosa da cria da casa. Ele recolhe as lágrimas da escrava, lágrima que também é composta por água, com um diálogo de viés sentimental, mais precisamente quando Otávio discorre sobre a beleza da mulata e sua atração por ela. O narrador relata que o rio toma o líquido lagrimoso como gotas de chuva, ou seja, a natureza trilha seu curso, indiferente aos sentimentos humanos.

Disse, e da riba os cubiçosos olhos
 Pelas águas estende, enquanto os d'ella,
 Cobertos pelas pálpebras medrosas
 Choram, – de gôsto e de vergonha a um tempo, –
 Duas únicas lagrymas. O rio
 No seio as recebeu; comsigo as leva,
 Como gottas de chuva, indiferente
 Ao mal ou bem que lhe povoa a margem;
 Que assim a natureza, ingenua e docil³

Como esperado, a natureza inerte está presente também na finalização do ciclo desse relacionamento. Sabina, grávida, ao notar que seu amado está casado com outra mulher, não consegue suportar tamanha dor e decide tornar ao rio, onde tudo começou, e pôr fim a sua própria vida. Mas, quando segue a caminho de encerrar todo o sofrimento, decide por seguir o instinto de mãe. Esse fragmento explicita a cena:

[...] A seu trémulo pe não tolhe a marcha;
 Voa, não corre, ao malfadado rio,
 Onde a voz escutou do amado moço.
 Ali chegando: Morrerá commigo,
 O fructo de meu seio; a luz da terra
 Seus olhos não verão; nem ar da vida
 Hade aspirar...⁴

² Ibidem.

³ Op. Cit., p.166.

⁴ Op. Cit., p.171.

Ocorre também, nesse mesmo trecho, a citação de um possível “Criador” e suas “leis”, que regem a natureza, e o homem como parte desse conjunto. E, de certo modo, o ser humano acaba sendo teleguiado por esses estatutos divinos, sem poder reagir, apenas sofrendo todos os padecimentos desse fluxo vital e constante que é a natureza da criação.

Às leis do creador, perpétua segue
Em seu mesmo caminho, e deixa ao homem
Padecer e saber que sente e morre.⁵

Em contrapartida, nesse mesmo texto, Machado explora também um outro viés da natureza, digamos, a natureza humana sem reservas. Nesse sentido, o autor disserta, neste trecho, sobre sua escrita, inerente a temática da natureza e seu parecer estético em suas obras: “Eu, apesar do pessimismo que me atribuem, e talvez seja verdadeiro, faço às vezes mais justiça á natureza do que ela a nós” (ASSIS apud FILHO, 1989, p.1).

Machado de Assis expunha os atos mais perversos do sistema escravagista em sua ficção, levando em consideração que os leitores de sua época, de certo modo, pertenciam à elite da sociedade. Esse fato não o inibia, ou seja, podemos considerar que havia um determinado público-alvo. Sobre esse ponto, Duarte apura:

Ao analisar o tratamento dado por Machado aos afrodescendentes e às reações impostas pelo escravismo, não se pode perder de vista seu horizonte recepcional, formado basicamente por leitores da classe dominante. Assim, ao privilegiar a crítica da Elite, o escritor está por vias transversais, abordando a questão e tocando nas origens da grande ferida social de seu tempo (DUARTE, 2009, p.279).

O poema desta pesquisa é um dos materiais criados pelo literato, com o tema opressivo do escravismo, que é um sistema que corrói o sentimento de humanidade, ou seja, promove o apagamento da empatia pelo próximo, deixando apenas a desumanização e a visão do semelhante, no caso o escravo, objetificado e atrelado a lucros. Esse ato acontecia principalmente com as mulheres cativas, que na época eram enxergadas como meros objetos de uso e descarte.

Em suma, grande parte das obras de Machado expõe, nas características de seus personagens, os comportamentos humanos de todos os aspectos, dos irrigados na bondade aos enxertados na maldade, demonstrando, com certo enfoque e sem filtro, o lado ruim do ser humano. Com isso, Assis desvela toda a miséria humana, elencadas as atitudes dos homens no presente caso: “O senhor moço”. A respeito dessa ironia presente no caráter humano, o autor Alfredo Bosi afirma: “O objeto principal

5 Op. Cit., p.167.

de Machado de Assis é o comportamento humano. Esse horizonte é atingido mediante a percepção das palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro durante o segundo Império” (2007, p.11).

No texto “Sabina”, o personagem Otávio, digamos, um jovem burguês, é descrito como “caçador”, sempre à espreita da sua caça e dono de uma fisionomia atrativa, qualidades somativas de uma perfeita armadilha para sedução:

Vinte annos
Tinha Octavio, e a belleza e um ar de côrte
E o gesto nobre, e seductor o aspecto [...]⁶

O discurso de Otávio para com a escrava é totalmente manipulador, pois o mesmo tinha conhecimento da ingenuidade da pobre moça e, com isso, faz uso das palavras mais rebuscadas e belas, para atrair e fisgar os sentimentos da escrava, trabalho não muito complicado, já que a mesma nutria certo interesse por ele. Nesta estrofe, nota-se o quanto persuasiva é a investida dele:

Flor da roça nascida ao pe do rio,
Octavio começou – talvez mais bella!
Que essas bellezas cultas da cidade,
Tão cobertas de joias e de sedas,
Oh! Não me negues teu suave aroma!
Fez-te captiva o berço; a lei somente
Os grilhões te lançou; no livre peito
De teus senhores tens a liberdade,
A melhor liberdade, o puro affecto
Que te elegeu entre as demais captivas,
E de affagos te cobre! Flor do matto.
Mais viçosa do que essas outras flores
Nas estufas criadas e nas salas.
Rosa agreste nascida ao pe do rio
Oh! Não me negues teu suave aroma!⁷

Dado a eficácia das palavras galantes do personagem, nos deparamos com a revelação do lado dissimulado de Otávio, para conquistar a presa e consumir o seu desejo de usufruir do corpo da

⁶ Op. Cit., p.161.

⁷ Op. Cit., p.165-166.

mulata. Fato esse que abre margem para um segundo duelo, que seria pós ato, pois os companheiros de senzala de Sabina se voltam contra ela, como se a mesma tivesse culpa do ocorrido. Sob esse aspecto, Trípoli indaga:

A delicadeza, na hora da sedução, não garante o afeto nem evita o abandono da escrava, mas facilita a "caçada" do sinhozinho. Além disso, provoca sentimentos desagregadores dentro do meio escravo, afastando a solidariedade e a confiança. Preserva a imagem ideológica, segundo a qual, escravo é gente dotada de maus sentimentos, quando não de apatia, servilidade e resignação (TRÍPOLI, 1997, p.152).

O homem “branco”, aqui caracterizado por Otávio, somente usa Sabina para seu deleite, para adquirir o que instigou o seu desejo, sem se importar com seus sentimentos ou tampouco com o fruto daquela relação entre os dois, ou seja, o filho que estava por vir. Sabina se vê aprisionada pelo amor e pela vida, prisões essas visíveis e invisíveis, que dilaceram sua alma. Em meio a esse turbilhão de informações que a deixam contristada e resignada, a moça busca o suicídio.

O conto “Mariana”, publicado no jornal das famílias (1871), é também uma produção machadiana que dialoga com esse poema. Pois o poeta expõe uma personagem homônima, escrava, que também se apaixona por um rapaz da alta sociedade e nutre um amor tão grande por Coutinho, e, quando não consegue consumir esse amor, decide se matar tomando veneno. Nesse trecho final, a personagem assume autoria do próprio viver e declara: “Oh! Continuou ela com voz fraca; não lhe quero mal por isso, Nhonhô não tem culpa: a culpa é da natureza. Só o que lhe peço é que não me tenha raiva, e que se lembre algumas vezes de mim” (ASSIS, 2006, p.783). Sua última frase ao amado revela a aceitação de sua condição como escrava, pois ela transfere a culpa para a natureza, como um destino, uma fatalidade. E assim enxerga, na anulação da sua vida, o fim da dor, sofrimento esse gerado por não possuir o direito de se casar com quem de fato ama.

No caso de Sabina, a escrava não se suicida, devido aos instintos maternos; porém, a partir daquele momento, teria que arcar com todas as consequências da sua escolha. Quanto a esse aspecto, Duarte disserta: “O texto faz com que a condição de mãe se sobreponha à amante. Ao final, tem-se como certo o nascimento de mais um bastardo mestiço para marcar com sua presença os espaços da casa grande e da senzala” (DUARTE, 2009, p. 266).

Sabina é mãe; o sangue livre
 Gyra e palpita no captivo seio
 E lhe paga de sobra as dores cruas
 Da longa ausencia.
 Uma por uma, as horas

Na solidão do campo hade contal-as,
E suspirar pelo remoto dia
Em que o veja de novo... Pouco importa,
Se o materno sentir compensa os males.⁸

Nesse trecho, observa-se que o instinto materno, de gerar um ser de uma entrega sentimental, transpõe a dor da rejeição e da frustração. Nesse sentido, de acordo com Trípoli, “é sua racionalidade que a faz recuar; a certeza da liberdade do filho é motivo suficiente para superar a dor, reagir e viver” (2006, p.116). Um dado que não deve ser desconsiderado é o resgate do contexto histórico que, de certo modo, coincide, considerando que a aprovação da Lei do Ventre Livre se estabeleceu em 1871 e foi uma lei que representou um grande progresso no sentido da emancipação da vida do negro escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Obras literárias de crítica à escravidão, não em apoio a ela, predominam amplamente em romances, contos, obras teatrais, poemas e crônicas escritos no Brasil durante o Segundo Reinado. Aqui, como alhures na escravidão atlântica, a imaginação literária parecia capturada pela questão do sofrimento da mãe escrava, da separação violenta de mães e filhos em função

⁸ Op. Cit., p.169.

do tráfico negreiro, de atos de compra e venda, de partilhas de bens, de hipotecas e demais transações pertinentes à instituição (CHALHOUB apud SCHWARZ, 2018, p. 314).

Machado de Assis é um ícone do panorama da literatura brasileira. Apesar da origem humilde e pobre, esse fato não o impediu de ultrapassar os preconceitos existentes em sua época, conseguindo uma posição de prestígio dentro da sociedade e tornando-se uma exceção em seu tempo. Portador de uma escrita singularizada e rico em suscitar debates em sua literatura, possui uma extensa gama de obras, divididas entre crônicas, contos, poesias, peças teatrais e romances. Machado de Assis se tornou um escritor “intocável” por sua postura quase perfeita perante os cidadãos brasileiros, e por ser muito discreto em sua conduta .

Logo na introdução, procuramos efetivar uma breve imersão especificamente na biografia de Machado escrita pela crítica Lúcia Miguel Pereira no intuito de visualizar a figura do mulato nascido em classe pobre desvelado pela autora. Pereira expõe tanto a rigidez da imagem de Machado de Assis quanto a possibilidade de desconstrução dessa imagem. É seguindo esse segundo caminho que ela opta por descrever seu Assis, expondo um Machado menos conhecido pelo público, uma faceta afrodescendente, um legítimo mestiço.

Quando se trata do tema da negritude em Machado, percebemos uma bifurcação, pois em primeiro lugar temos um autor mulato em pleno século XIX escrevendo com muita propriedade e intelectualidade, fato que por si só desapontava as teorias racistas da época do Bruxo do Cosme Velho. De outro ponto de vista, quando escreve sobre personagens negros dando voz a seus cativos, atribui a eles a chance de ecoarem suas dores e angústias, expondo assim toda a maldade pela qual eram acometidos devido à escravidão. Acerca desse ponto, Trípoli pontua:

No conto, como em outras obras, não há floreios nem uso de mais palavras. Machado não transforma o negro em herói ou ser extraordinário, nem o pinta com cores miseráveis da ideologia dominante. Ele o apresenta como o ser humano que é, sujeito em sua condição de oprimido. Sem fazer apologia, mas de forma sutil, o autor, a seu modo, desnuda a realidade senhorial e revela uma sociedade em que a condição econômica define o indivíduo, determina sua exclusão ou aceitação (TRÍPOLI, 2008, p. 1).

Lendo com muito cuidado, percebemos que a lacuna da acusação do absentismo nas obras literárias de Assis e em sua própria vivência se configurou por ele ser reservado em sua vida íntima, esquivando-se de um posicionamento “direto” sobre a questão que envolvesse o negro no Brasil, antes

e após a abolição. Porém, esse fato não se repete em sua produção escrita, como parte da crítica literária afirma.

Os textos selecionados evidenciam um certa inquietação de Assis com as questões de sua época. Nesta dissertação, notamos em ambos os textos analisados que o “homem branco” colonizador apareceu sempre dominando o negro escravo como se fosse uma espécie de caçador. Em “Pai contra Mãe”, percebemos um caçador egocêntrico, e sobre esse ponto Duarte afirma: “o caçador encontra sua presa: Arminda uma mulata fujona prestes a dar a luz” (DUARTE, 2009 p. 272). No conto, o mercenário Cândido Neves, em uma luta pela sobrevivência de seu filho, opta por entregar a escrava fugida mesmo percebendo que ela também estava lutando pela sobrevivência do filho que ainda estava em seu ventre.

Em “O caso da Vara”, a imagem do caçador é suavizada porque durante quase toda a narrativa ele demonstra compaixão pelo outro, o que deixa no leitor uma falsa impressão de que será um texto distinto dos outros com a mesma temática. O embate de Damião e sua luta para fugir do seminário entra em choque com o desejo de apadrinhar uma pequena escrava, mas, no momento oportuno, ele decide por salvar a própria vida, abrindo margem para a visualização do discurso hipócrita da elite dominante.

No poema “Sabina”, o caçador que se apresenta para a cativa é um tipo de “Don Juan”, tem interesses por conquistá-la somente para conseguir obter da escrava o seu objeto de desejo, totalmente de cunho sexual. Após obter o que desejava, Octávio se casa com alguém do mesmo status social que ele. À escrava, resta a dor na alma e um filho no ventre, fruto que a impede de tirar a própria vida. Trípoli afirma ainda: “O poema, embora aparente descrever a aceitação do cativo, denuncia a trágica ironia do paternalismo e as suas consequências. Uma faceta da escravidão, muito conveniente aos senhores e, em parte, responsável pela crença de que, no Brasil, a vida dos escravos era amena” (TRÍPOLI, 2008, p.1).

Embora de modo ambíguo e dissimulado, Machado de Assis expõe questões sociais enraizadas na cultura brasileira. Nos seus textos, a escravidão é descrita às vezes de forma simples, econômica e clara, outras vezes de forma devastadora. Observamos, portanto, o reflexo da imagem de uma país escravocrata e o resultado desse processo ligado ao destino dos personagens principais e secundários.

O nosso intuito foi tratar não somente do processo de escravização propriamente dito, mas também desvelar como a imagem do negro é delineada na literatura machadiana e como esse fator implica em sua narrativa. O fundamento deste estudo baseou-se na reflexão sobre o contexto das obras, que oscila entre o literário e o histórico, com o fim de propor a análise da temática do negro

ficcional em Machado de Assis. É de grande relevância pontuar que esse tema é muito importante, pois nos permite refletir sobre diversas problemáticas de teor racial e social que afrodescendentes sofrem até hoje no país devido a essa visão colonial ainda enraizada na cultura brasileira.

Por todas as observações feitas até aqui, compreende-se a grande relevância do estudo da literatura machadiana, sua abrangência e conexões. As obras que foram designadas para este estudo possibilitam a realização de diversas releituras do Brasil do século XIX, escancarando feridas e mazelas inerentes à escravidão. Encerramos nossa linha de raciocínio com a seguinte reflexão de Duarte:

Mulato, neto de escravos alforriados, nascido livre no morro do livramento, no Rio de Janeiro, em 1839; órfão, na adolescência trabalha como balconista e operário gráfico; autodidata, passa da oficina à redação e, daí, ao emprego público e à literatura. Considerado um dos maiores escritores da língua portuguesa, Machado de Assis é acusado de aburguesamento, denegação de suas origens e omissão perante aos dramas sociais de seu tempo, especialmente a escravidão. No entanto seus escritos contradizem a tese absenteísta. E deixam evidente que, sob disfarces e dissimulações, tanto o cronista, quanto o poeta ou o genial ficcionista valeram-se de uma linguagem sofisticada para, assumindo o lugar do outro, fazer a crítica do regime e da classe que o mantinha (DUARTE, 2009, Capa).

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. **Americanas** . Rio de Janeiro . B.L Garnier,1875.
- ASSIS, Machado de. **Páginas Recolhidas** . Rio de Janeiro . B.L Garnier,1889.
- ASSIS, Machado de. **Relíquias da Casa Velha.** . Rio de Janeiro . B.L Garnier,1906.
- ASSIS, Machado de. **Mariana**. In: ASSIS, Machado de. **Obra Completa** v. II. Organizada por AfrânioCoutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S/A, 2006, p. 771-783.
- ASSIS, Machado de. **Instinto de nacionalidade** In: _____. Obra completa. Vol.III. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- AUERBACH,Erich. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva,1796.ARISTÓTELES. ArsPoética.2.ed.São Paulo,1993.
- Bosi, Alfredo . **Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis**. Estudos Avançados [online]. 2004, v. 18, n. 51, pp. 355-376. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200022>>. Epub 08 Ago 2008. [Acesso em 1 Dezembro 2020]
- BOSI, Alfredo . **Machado de Assis o enigma no olhar**.1ªedição.3ª impressão . Rio de Janeiro: Editora Ática 2007
- BRAICK, Patrícia Ramos e Mota, Myriam Brecho. **Das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2006.
- CANDIDO, Antônio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Decio de A; GOMES, Paulo E.S. **A Personagem de Ficção**.Editora Perspectiva. São Paulo: 1972.3ª e.
- CANDIDO, Antônio. **Esquema de Machado de Assis**. In: Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades,2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis : Historiador**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 2003
- CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente escritos de caramujo** (antologia) 2ª edição. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2009.

_____. **O negro na literatura brasileira**. Navegações, v.6, n.2, p. 149, jul./ dez .2013. Disponível em: < [http:// revistaeletronica.pucrs.br/ojs/index.php/navegações/article/viewfile/16787/10936](http://revistaeletronica.pucrs.br/ojs/index.php/navegações/article/viewfile/16787/10936)>. Acesso em 27 de Março de 2018.

FAORO, Raimundo. **A pirâmide e o trapézio**. 2^o ed. São Paulo . Ed. Nacional, 1976.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2002.

FERNANDES, Andréa Camila de Faria.2015.**Lúcia Miguel Pereira e as relações entre biografias e história do Brasil**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.snh2015.anpuh.org/resourcesanais39/1439330950_ARQUIVO_LuciaMiguelPereiraeeasrelacoesentrebiografiaehistorianoBrasilttextoANPUH2015.pdf&ved=2ahUKewjeq9bB9sL0AhVKFbkGHWUqD2wQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw1qg7-hjleivCGWPhkbp4Se>.Acesso em 15 de junho de outubro 2020

FERREIRA,Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. – 8.ed – Curitiba: Positivo,2010.

Freyre, Gilberto, **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre**; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.

FILHO, Luís Viana. **A vida de Machado de Assis** . Coleção de documentos Brasileiros. 3^o edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

GOMES, Flávio e Schwarcz, Lilia Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador : saberes construídos nas lutas por emancipação**.Petrópolis,Rj: Vozes,2017.

GOMES, Maurício dos Santos. **O caso da vara : farsa e tragédia no alvorecer da república**. 2017.Machado de Assis em linha. São Paulo. V.10, n22, p.115-125. Disponível em: DOI 10.1590/1983-6821201710228.

GONÇALVES,Adelto.2004. **Machado de Assis historiador de Sidney Chalhoub**. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/106/machadohistoriador-adelto-goncalves.pdf&ved=2ahUKewjMy-jTysP0AhX3IJUCHTRmBREQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw3kOXvker1DralcWTZZ8kfU>. Acesso em 10 de janeiro 2021

GLEDSON, John. **Machado de Assis : ficção e história** .2^o ed. rev. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2003.

IANNI, Octávio. (1988). **Literatura e consciência**.*Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (28), 91-99. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i28p91-99>>. Acesso em 1 de novembro de 2020

JÚNIOR, Raimundo Magalhães .**Machado de Assis -Desconhecido**. 3^o ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A,1957.

KILOMBA , Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. 1º ed. Rio de Janeiro. Editora de livros Cobogó, 2019.

LIMA, Mariana da Silva. **Machado de Assis um cronista na primeira república visões do Brasil na série “A semana”**.2012. Tese (Doutorado) ,Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOPES , Elisângela Aparecida. “ **Homem de seu tempo e de seu país ”, senhores escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis** . Tese de Mestrado (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) Belo Horizonte,2007.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. **O Brasil do século XIX no olhar de Charles Expilly/** (Texto e organização) Maria Elizabeth Chaves de Mello. – 1º ed – Curitiba, PR:CRV,2017.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo : Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

NASCIMENTO, Silvina Santana; Sátiro, Nelma Santos; SANTOS, Josane Cristina Batista. **A representação do negro na literatura brasileira** 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/2585&ved=2ahUKEwjU8_yEq8P0AhUEppUCHVjPAH8QFnoECBEQAQ&usq=AOvVaw3ufelcLXsvBBRAfGEb8Sgh. Acesso em 22 de outubro de 2020.

PRADO, Carlos Eduardo do. **Stefan Zweig biografia Balzac**.2020. Tese (Doutorado) – POSLIT, Universidade Federal Fluminense,Niterói,Rio de Janeiro.

PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis : estudo Crítico e biográfico**. 6º ed. Brasília:Senado Federal , Conselho Editorial, 2017.

Proença Filho, Domicio .**A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estudos Avançados [online]. 2004, v. 18, n. 50 , pp. 161-193. Disponível em : < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017> >. Acesso em 5 de dezembro de 2020

REIS, Carlos. **Pessoas de livro: estudos sobre personagem**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro Rocha. **Machado de Assis – Lido e relido**.1º ed. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo da Miscigenação.** São Paulo: Estudos Avançados, 1994.

SILVA, Dalva Aparecida Marques. **A formação das teorias raciais** . 2010. Vol 1 , pp. 1-19. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_hist_artigo_dalva_aparecida_marques_da_silva.pdf&ved=2ahUKEwiGzeDy0sP0AhUflbkGHafAvoQFnoECA-YQAQ&usg=AOvVaw3EHnK1vf74raK7q7B9rIC0. Acesso em 20 de Janeiro 2021.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à Brasileira : raízes históricas : um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil.** 3º ed. São Paulo . Ed. Anita, 1995 .

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **O romance Dom Casmurro de Machado de Assis. Edição crítica e comentada .Estudos bibliográficos.** Niterói: Editora da UFF, 2014.

SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o trágico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2004.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis.** Dissertação (Mestrado) Unicamp, São Paulo , 1997.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Machado de Assis e a escravidão.** 2008. Jornal da Unicamp. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/setembro2008/ju408pdfPag02.pdf&ved=2ahUKEwiev9ug6MP0AhWnqJUCHf5Bj4QFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw06mycdBUBAUhu4PD2N6Muc. Acesso em 15 de abril 2021.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira.** Introdução Leticia Malard. 4ª série, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1977.

VERISSIMO, José. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 19, jul. a set. 1899, p. 372. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=139955&pagfis=14269>. Acesso em: 20 fev. 2019.

WERNECK, Maria Helena. **O homem encadernado.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

ANEXOS

Anexo A – Machado de Assis presente na missa pela abolição da escravatura. 17 de maio de 1888, no campo São Cristovão, Rio de Janeiro. Foto: feita por Antônio Luiz Ferreira. A identificação da imagem pertence a Coleção Dom João de Orleans e Bragança . Fonte:Revista Veja – online (19 de maio 2015).



Anexo B – Machado de Assis em imagem publicada na revista argentina “Caras y Caretas”, em seu número 486, de 25 de janeiro de 1908; a foto pode ser considerada o último retrato do autor. Fonte: (Foto: Caras y Caretas/ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da España).

